



Instituto Universitário de Lisboa

Escola de Ciências Sociais e Humanas

Departamento de Economia Política

**Desenvolvimento sustentável: o caso do projeto florestal
integrado da Portucel Moçambique**

Judith Annelie Stöckhardt

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de
Mestre em Estudos de Desenvolvimento

Orientadora:

Doutora Maria de Fátima Palmeiro Baptista Ferreiro, Professora Auxiliar, ISCTE- IUL
Instituto Universitário de Lisboa

Outubro, 2018



Escola de Ciências Sociais e Humanas

Departamento de Economia Política

Desenvolvimento sustentável: o caso do projeto florestal
integrado da Portucel Moçambique

Judith Annelie Stöckhardt

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de
Mestre em Estudos de Desenvolvimento

Orientadora:

Doutora Maria de Fátima Palmeiro Baptista Ferreiro, Professora Auxiliar, ISCTE- IUL
Instituto Universitário de Lisboa

Outubro, 2018

Índice	
Agradecimentos	II
Resumo	III
Índice de quadros e figuras	V
Lista de abreviaturas	V
Introdução	1
Capítulo I – Enquadramento teórico	3
I.1 O contexto histórico de desenvolvimento sustentável	3
I.2 Definir o conceito de desenvolvimento sustentável	6
I.3 Promover o desenvolvimento sustentável	10
Capítulo II – Metodologia	12
Capítulo III – Estudo de caso: O projeto florestal Integrado da Portucel Moçambique	16
III.1 A República de Moçambique	16
III.2 O grupo The Navigator Company	21
III.3 A Portucel Moçambique	22
III.4 O projeto florestal integrado da Portucel Moçambique	23
III.4.1 O Acesso ao terreno através do Direito de Uso e Aproveitamento da Terra	25
III.4.2 A preparação e implementação do projeto	27
III.5 Os três grandes pilares do projeto	28
III.5.1 A gestão da floresta e da parte florestal do projeto	28
III.5.2 O pilar industrial do projeto: A produção de pasta de papel e energia	32
III.5.3 Desenvolvimento social e a Portucel Moçambique	33
Capítulo IV – A relação entre o projeto da Portucel Moçambique e o conceito de desenvolvimento sustentável	37
Capítulo V – Conclusões	43
Bibliografia	45
Anexos	47

Agradecimentos

“Be the change you want to see in the world” – primeira fonte desconhecida (cf. Mahatma Gandhi)

Eu acredito que cada ação, desempenhada por um indivíduo, tem o seu impacto no mundo e no meio que nos rodeia. Subsequentemente, cada um de nós tem não só a possibilidade, mas também a obrigação, de fazer a diferença com as suas escolhas pessoais, tendo em conta obviamente as suas possibilidades.

Em primeiro lugar quero agradecer à minha família, que me permitiu crescer e possibilitou-me ao longo da minha vida, através de um apoio incondicional, a capacidade de promover a minha autoconfiança e acreditar naquilo que pretendo alcançar ao longo da minha vida.

Quero também aproveitar a oportunidade, para agradecer a minha professora Zwerger que acompanhou o meu percurso no ensino secundário, por apoiar a vontade que eu tinha, em livremente e de forma autónoma pensar noutras direções e não deixar-me confundir ou iludir por normas escolares e sociais. Agradeço igualmente às pessoas que encontrei ao longo da minha formação, que acreditaram em mim e naquilo que confiei ser atingível. Quero deixar o meu agradecimento especial à professora Maria de Fátima Ferreiro, não só pela orientação crítica aos meus pensamentos mas também por aceitar coordenar a minha dissertação.

Há uns anos atrás, seria impensável para mim, escrever uma dissertação em português, porém e graças à minha coordenadora, aceitei o desafio, que só foi possível realizar, porque houve tantos e novos amigos e familiares que estiveram disponíveis para ajudar-me desde o primeiro dia a aprender esta língua e melhorar a mesma cada vez mais e todos os dias. Um agradecimento especial para André Viana e toda a família Viana, a minha amiga Joana Luz, tal como as colegas e amigas que caminharam comigo neste desafio: Renata Escarigo, Helena Antunes e Fátima Rodrigues.

Resumo

As áreas temáticas nas quais se enquadra o trabalho é o desenvolvimento sustentável, discutido através do caso do projeto florestal integrado da Portucel Moçambique. Em primeiro lugar será apresentado o significado de um desenvolvimento sustentável, onde será esclarecido de que forma e como o desenvolvimento sustentável está presente e é aplicado no projeto da Portucel Moçambique, incluindo a consideração dos desafios ao longo do processo. Será adoptada uma análise crítica, que visa compreender se e em que medida estamos perante um exemplo e, nessa medida, se outras empresas internacionais podem aprender da Portucel em Moçambique.

A questão de investigação é a seguinte: quais os desafios que a Portucel Moçambique tem que ultrapassar para atingir um projeto de *boas práticas*? Para perceber melhor, é inevitável esclarecer a importância das conclusões feitas no passado, que supostamente serão substituídas por abordagens e técnicas claramente melhoradas. Ao desenvolver este trabalho, pretende-se também perceber quais as principais motivações da própria Portucel Moçambique para o investimento social, ambiental e económico em Moçambique. Será uma vez mais importante esclarecer como a Portucel Moçambique pretende atingir os seus objetivos. Por fim espera-se concluir com algumas evidências que permitam atingir um novo nível de sucesso, não só para o desenvolvimento do próprio projeto, mas também compreender a necessidade de redefinir algumas abordagens com vista em facilitar a preparação, concepção e a execução de futuros projetos.

Palavras-chave

Portucel; Moçambique; Desenvolvimento Sustentável; Projeto integrado florestal

Classificação JEL

N57 África

Q01 Desenvolvimento Sustentável

Abstract

The thematic area of this work is sustainable development which will be discussed on the case study of the integrated forestry project executed by Portucel Mozambique. At first, the concept of sustainable development will be presented and discussed in order to later determine how this concept is represented in the project of Portucel Mozambique. Through a critical analysis will be ascertained in which extend the project could be considered a good example of sustainable development for other international companies and what these could learn from Portucel Mozambique's approach.

The research question is: which challenges does Portucel Mozambique need to overcome in order to become a project with *best practice*? In order to fully understand this question, it will be necessary to also consider conclusion made in the past, so an approach can be identified as new or better. Alongside this work it is also intended to understand which are the motivations of Portucel Mozambique for investing in the social, environmental and economic development of Mozambique.

Therefore it will be essential to understand how Portucel Mozambique intend to reach their objectives. At the end this works intends to identify some indicators which help to reach a greater success for the project itself, but also understand which approaches need to be redefined in order to promote a successful preparation, conception and execution of future projects.

Key words

Portucel; Mozambique; Sustainable Development; Integrated forestry project

JEL Classification

N57 Africa

Q01 Sustainable Development

Índice de quadros e figuras

Anexo A - Sustentabilidade interligada

Anexo B - Sustentabilidade concêntrica

Anexo C - A localização das parcelas

Anexo D - As 5 fases da florestação

Lista de abreviaturas

DUAT	– Direito de Uso e Aproveitamento de Terra
FSC	– Forest Stewardship Council (Conselho de Gestão Florestal)
GCC	– Gestão de Comunicação com as Comunidades
IFC	– International Finance Corporation (Corporação Financeira Internacional)
ILO	– International Labour Organization (Organização Internacional de Trabalho)
PDSP	– Programa de Desenvolvimento Social da Portucel Moçambique
OECD	– Organisation for Economic Co-operation and Development (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico)
ONG	– Organização não-governamental
ONU	– Organização das Nações Unidas
UNESCO	– United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization (Organização das Nações Unidas Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura)

Introdução

No final do ano 2015, a comunidade internacional estava expectante pelos resultados finais do desafio de atingir os objetivos do milênio¹. Ficou claro que ainda nenhum dos objectivos foi alcançado num nível global. A necessidade de abordagens eficazes para alcançar um desenvolvimento sustentável ficaram mais evidentes e prioritárias para as comunidades de contacto e de interação internacional. Com os desafios adicionais causados por catástrofes ambientais e guerras internacionais, as boas soluções para os desafios do século XXI para o desenvolvimento sustentável em termos mundiais, tornaram-se ainda mais urgentes. Em resultado disso, novas abordagens para as áreas de apoio ao desenvolvimento, projetos de investimento e desenvolvimentos que promovam esperança acabam por ser requeridos.

Este trabalho pretende identificar o potencial da Portucel Moçambique na área do desenvolvimento sustentável. Através do estudo de caso procura-se esclarecer as principais motivações e objetivos empresariais, que podem aumentar o desenvolvimento sustentável na sua área de execução. Com o projeto florestal integrado da Portucel Moçambique que decorre nas regiões de Manica e Zambézia desde 2009, vai ser esclarecido o porquê e como a intervenção será abordado, incluindo o que de novo podemos encontrar nesta abordagem. Ao conhecer melhor o estudo de caso, pretende-se perceber se estamos perante um exemplo de “boas práticas” no âmbito do investimento estrangeiro em países menos desenvolvidos.

Com a investigação da relação entre o caso de estudo e o conceito de desenvolvimento sustentável, pretende-se analisar de que forma o apoio ao desenvolvimento sustentável pode tornar-se algo mais do que voluntário, mas também de elevado interesse para as empresas e os respectivos negócios que pretendam deslocalizar ou estender-se para zonas com claras necessidades de melhorar as condições de vida das suas comunidades locais. Igualmente pretende-se perceber qual o papel do Estado perante a execução das respectivas intervenções e instalação de negócios no país.

No trabalho de procura de um tema apropriado para a dissertação foi de extrema importância esclarecer que o objetivo principal é combinar a área de estudos africanos com a área de estudos de desenvolvimento. Por essa razão foi escolhido o projeto florestal integrado da Portucel Moçambique, porque a abordagem presente neste caso tinha algo de novo e especial, mais concretamente a capacidade da Portucel Moçambique combinar a sua atenção não só num contexto de sucesso económico, através de criação de emprego e geração de riqueza no local da execução, como também com uma clara preocupação e um inevitável esforço social nas regiões onde o projeto está inserido, neste caso concreto também o nível ambiental na região será respeitado através de uma gestão florestal sustentável.

¹Termo em inglês “Millenium Development Goals”. Os 8 objetivos do milênio foram definidos na conferência do milênio, organizada pela Organização das Nações Unidas (ONU) em 2000.

Como a produção planeada de pasta de papel é o objetivo final desta intervenção, será importante perceber quais as condições que a Portucel Moçambique pretende estabelecer até 2023, o ano no qual o começo da atividade fabril está agendada, e se este mesmo objetivo será atingível.

O projeto decorre numa região com um potencial de crescimento largamente reconhecido, não só pela óbvia dimensão espacial que encontra-se disponível no país, como pelos recursos naturais disponíveis. Atrair o investimento estrangeiro para investir nesse potencial é do interesse da própria região uma vez que se esperam vastas vantagens para o país e os seus cidadãos.

Através de diversos textos e outra literatura recente e também alguma clássica sobre o desenvolvimento e os desafios em Moçambique ao longo de vários anos, assim como outra literatura igualmente relevante sobre a aprendizagem para o planeamento e a aplicação de intervenção no sector privado do país, pretende-se com esta abordagem investigar as possíveis consequências do projeto, bem como o que o mesmo pode trazer-nos num contexto de aprendizagem para melhorar as teorias e práticas no âmbito do desenvolvimento sustentável. Por fim pretende-se também esclarecer se a Portucel Moçambique vai conseguir atingir os objetivos internos no tempo estimado e o que isto pode significar para a comunidade internacional e o desenvolvimento sustentável.

Mantendo sempre a ambição primordial em responder à pergunta da pesquisa, o primeiro capítulo vai apresentar o enquadramento teórico considerando o conceito de desenvolvimento sustentável. O segundo capítulo vai introduzir as ferramentas de pesquisa permitindo indicar a metodologia aplicada a fim de responder à pergunta central do presente trabalho. O terceiro capítulo apresenta o estudo de caso; no quarto capítulo será explorada a resposta à questão: de que forma o conceito de desenvolvimento sustentável está representado no projeto florestal integrado da Portucel Moçambique? Por fim, a conclusão incluindo a consideração de pistas de investigação futura.

Capítulo I – Enquadramento teórico

O projeto florestal integrado da Portucel Moçambique, que representa o estudo de caso do presente trabalho, vai ser analisado com um foco especial no conceito de desenvolvimento sustentável, pois pretende-se perceber de que forma este conceito está representado no planeamento e na execução. Para melhor compreender, é importante analisar de que forma este conceito é exercido no projeto florestal integrado sendo imperativo defini-lo. Mais tarde, será discutido os motivos pelos quais o conceito é aplicado e de que forma.

Não existe uma definição universal para o conceito, nem uma que reúna consenso. Durante as últimas décadas o conceito ganhou cada vez mais atenção, devido à importância crescente que resultou em vastas abordagens e interpretações. Cada autor tem as suas limitações em termos culturais e profissionais que não permitem encontrar uma definição que satisfaça todas as exigências individuais, seja pela região, cultura, política, ou até área de trabalho, em suma, é influenciado por tudo o que pode mudar a perspectiva universal de uma definição satisfatória de um conceito (Cantor, 2011: 2).

Contudo, há definições que são reconhecidas em grande parte, porque descrevem um denominador comum que representa o ponto de partida para definições mais individuais e as respectivas práticas para contextos específicos. Por esse mesmo motivo, existem inúmeros artigos e livros que pretendem discutir e resumir este conceito.

I.1 O contexto histórico de desenvolvimento sustentável

Em 1972, pela primeira vez, foi publicado um estudo revelando os resultados de uma grande e vasta investigação sobre os limites para o crescimento² no nosso mundo. Este estudo alertou sobre a possibilidade de ocorrer um colapso, caso as tendências de crescimento continuem a diminuir os recursos necessários para a vida humana num modo em que a natureza não consegue produzir tanto como o que é extraído (Meadows [et al.], 1972).

O livro *The Limits to Growth* (Meadows [et al.], 1972) foca-se no possível colapso do nosso mundo, sendo o resultado de um crescimento igual ao período do estudo no início dos anos 70 e durante as primeiras décadas do século XXI. A extração de recursos não renováveis, a poluição do planeta, o acesso a alimentos, o desenvolvimento da industrialização e o crescimento da população finalmente formam um conjunto de fatores que impedem mais crescimento e por último, causam o colapso das sociedades. Neste estudo, o crescimento económico e social foi identificado como uma possível causa para a estagnação da mesma. Sobretudo, foram recolhidos milhares de dados para poder calcular vários cenários para o futuro. Os cenários calculados consideram fatores distintos para

² O título original do estudo é *The Limits to Growth*.

perceber que tipo de comportamento podem ser criados e quais as consequências num nível global (Meadows [et al.], 1972).

Até hoje foram e são realizados múltiplos estudos que baseiam-se no desenlace de *The Limits to Growth* pretendendo perceber a relação do estudo feito nos anos 1970s com a realidade atual. Fontes mais recentes indicam que os resultados do estudo correspondem à realidade atual de uma forma bastante precisa (Turner, 2014). Para além dos impactos negativos identificados, existem impactos positivos que não foram previstos nos anos 70, estando estes relacionados com o desenvolvimento tecnológico.

Apesar da obra representar o trabalho mais considerado quando abordamos o tema do início do desenvolvimento sustentável, podendo ainda ser considerado o grande impulsionador da preocupação com a sustentabilidade, é importante fazer uma análise histórica do momento em que o ser humano começou a revelar uma preocupação com a forma e o futuro do planeta em consequência das ações humanas.

Para tal, é importante recuar temporalmente na história. Será dado a conhecer de forma decrescente o surgimento da necessidade de uma consciência mais sustentável que visava esclarecer os fatores preponderantes que são resultado de uma fraca ideia de sustentabilidade.

No final do século XVIII, surgiram discussões sobre as origens e efeitos da pobreza, sendo a ideia que uma população crescente podia ultrapassar as capacidades alimentares. Nesta mesma altura foi publicado *O Ensaio sobre o Princípio da População* de Thomas Robert Malthus (1798) que relacionou o crescimento da população com a capacidade de produção de alimentos. Segundo o autor, o desequilíbrio entre ambos seria, a origem e causa de pobreza, questionando a sustentabilidade das sociedades na altura do estudo e no futuro³.

No entanto, é possível recuar ainda mais quando se procura o início efetivo da preocupação acima mencionada. No início do século XVIII foi publicado um estudo⁴ que tematizou a necessidade de um uso responsável e sustentável de recursos naturais e ainda identificou a necessidade de uma orientação contínua, estável e sustentada para a utilização das florestas. A urgência de um plano resultou da indústria europeia do século XVII (Carlowitz, 1713). A industrialização, as descobertas e a geração de energia causaram uma escassez de recursos, como a madeira na Europa do século XVIII, que na altura não foi identificado como um problema, nem relacionado como uma propagação de pobreza.

O estudo de Hans Carl von Carlowitz (1713) não só criticou o comércio com orientação no lucro a curto prazo mas também desenvolveu um plano para uma utilização perpétua da madeira enquanto

³ O título original do estudo é *An Essay on the Principles of Population*.

⁴ Este estudo chama-se *Sylvicultura Oeconomica. Die Naturmäßige Anweisung zur Wilden Baum-Zucht* que traduz-se em “Sylvicultura Oeconomica. O guia para a criação natural de florestas selvagens”.

recurso natural renovável. O uso responsável dos recursos naturais foi percebido como uma responsabilidade comum. Como tal a ideia de sustentabilidade já teve origem na engenharia florestal há mais do que 300 anos (Carlowitz, 1713).

Ainda que a necessidade de uma gestão sustentável de recursos e a existência de uma responsabilidade comum, já foram identificadas muito antes, apenas na segunda metade do século XX, pouco tempo após o lançamento de *Limits to Growth*, emergiu um total de quatro objetivos comuns na comunidade global. Desde então, ainda que foram reinterpretadas até hoje, não perderam proeminência, nomeadamente paz, liberdade, desenvolvimento e ambiente (Kates [et al.], 2005: 10).

Esta necessidade foi enfrentada no início dos anos 80, quando as Nações Unidas chamaram a Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, para formularem um plano de ação global para enfrentar os desafios esperados, hoje conhecido por comissão Brundtland⁵.

A definição de desenvolvimento sustentável mais citada encontra-se no relatório *Our Common Future* elaborado pela comissão Brundtland em 1987, que concebe-o como um “desenvolvimento que satisfaz as necessidades presentes, sem comprometer a capacidade das gerações futuras de suprir as suas próprias necessidades” (Nações Unidas, 1987). Ainda que não sejam claras as necessidades no futuro, como por exemplo, utilizar mais do que pode ser recuperado, tornando inequívoco que prejudica as escolhas e possibilidades das gerações futuras. Assim o conceito de desenvolvimento sustentável ganhou uma importância internacional, resultando na formação permanente da comissão Brundtland.

Segundo o relatório de Brundtland (1987), o desenvolvimento sustentável não só significa melhorar a situação de vida das pessoas com acesso limitado, à nutrição, saneamento e água ou educação, como também das pessoas que têm acesso aos recursos mas devem usar os mesmos de uma forma mais responsável e sustentável. Além disso o desenvolvimento sustentável foi definido por um processo de mudança enquanto indivíduos, empresas e organizações que mudam o próprio uso dos recursos em virtude de uma redução da poluição (Nações Unidas, 1987: cap.2,1).

As necessidades, preocupações e desafios da comunidade internacional referente à sustentabilidade foram outra vez o tema no “Rio Summit”⁶ em 1992. O resultado prático desta reunião global foi a “Agenda 21” servindo como um novo plano de ação para atingir um desenvolvimento global de forma mais sustentável (Cantor, 2011: 3).

Em 2002, após dez anos realizou-se em Joanesburgo o *World Summit on Sustainable Development*, deste encontro resultou a tentativa de encontrar uma forma de redistribuir a terra para combater os

⁵ Primeira conferência internacional sobre condições climáticas e desenvolvimento em 1982 organizada pela assembleia geral das Nações Unidas, seguida e resumida no Relatório Brundtland em 1987 (Kates [et al.], 2005: 10).

⁶ Conferência organizada pelas Nações Unidas em 1992, também conhecida por *Earth Summit* (Cantor, 2011: 3).

elevados índices de pobreza. Foi assumida a intenção de implementar reformas sobre a terra e sobre a justiça social num contexto de desenvolvimento sustentável (Amanor, 2008: 1). No entanto, ainda que a cimeira tenha decorrido com normalidade e seja reconhecida a importância, o clima não foi o mesmo nas ruas. Estima-se que trinta a quarenta mil pessoas vítimas de pobreza, tenham marcado presença nas ruas de Joanesburgo, com a intenção de demonstrar e questionar as reais intenções do encontro (Amanor, 2008: 2; Amanor, 2008¹: 188).

Desde então as questões sobre a sustentabilidade ganham importância pelo facto dos recursos não serem infinitos e as necessidades mundiais cresceram a par com o número de habitantes no planeta. Assim o desenvolvimento sustentável é definido como uma questão importante e de interesse comum numa escala global.

I.2 Definir o conceito de desenvolvimento sustentável

Ao considerar a história do conceito e as discussões relativas a uma definição viável, fica explícito que as mesmas indicam que não só existem múltiplas perspectivas e oportunidades de interpretação, mas que o conceito em si é de tal forma vago que permite discussões, dificultando uma abordagem comum. Entretanto, a falta de uma única definição amplamente reconhecida, em conjunto com a incerteza sobre o futuro não devem colocar o conceito pleno em causa.

O desenvolvimento sustentável é geralmente compreendido como, a relação de equilíbrio entre, o ambiente, a sociedade e as suas atividade económicas. Se estes três componentes conseguem desenvolver-se respeitando-se um ao outro, o crescimento esperado é sustentável. Dos dois modelos sobre o desenvolvimento sustentável a ser analisados, o primeiro e mais comum ilustra a correlação em três círculos com uma sobreposição onde se encontram e cruzam estas três componentes⁷. Esta ilustração, tal como a teoria na qual a mesma é baseada, indica que cada componente tem a mesma importância. Este modelo, é o mais considerado na literatura de desenvolvimento sustentável.

Para compreender a complexidade do conceito, são necessárias várias perspectivas, ou seja, as melhores práticas devem considerar a importância de todas as partes interessadas e valorizar as várias opiniões⁸. Deve ser seguido de um equilíbrio entre o ambiente, a economia e as sociedades. A sustentabilidade é a condição pela qual todos os objetivos das respectivas três áreas podem ser alcançadas sem comprometer a outra, respeitando as condições locais e os objetivos (Cantor, 2011: 4).

No entanto, os objetivos de cada área não estão necessariamente em concorrência, nem são áreas claramente distintas umas das outras, mas interligadas e interdependentes. Sendo que no segundo

⁷ Referente à Ilustração Anexo A.

⁸ *Partes interessadas* neste trabalho são sempre os *stakeholders*, ou seja, “qualquer grupo ou indivíduo que é direta ou indiretamente, afectado” (Schiefer [et al.], 2006: 267) por uma ação e/ou os seus resultados.

modelo o ambiente é representado como a porção mais importante do conceito, que inclui as sociedades e as respectivas relações com o meio, remetendo a economia para uma dimensão inferior ao ambiente e à sociedade, mas com um papel integrante no sistema concêntrico⁹ voltando à ideia do interesse comum porque existe uma interligação inevitável entre os três.

Ao contrário do primeiro modelo, que apresenta os três componentes com uma importância igual, perspectivando um favorecimento que vise mais um crescimento contínuo do que um desenvolvimento, surge o segundo modelo, que apresenta a ideia que os componentes relacionam-se entre si, ou seja, o ambiente representa a base para as sociedades viverem e existirem. Por sua vez, a coexistência dos componentes cria a base para uma economia que conseqüentemente só pode existir com um ambiente e uma sociedade funcional. Em vez de círculos planos, o anexo B mostra esta correlação em forma de um cilindro, permitindo o fluxo entre as três dimensões não só de uma forma horizontal mas também vertical e diagonal.

A demonstração da ligação entre economia, sociedade e ambiente para a sustentabilidade está em constante transformação devido a procura de um modelo que represente não só a importância de cada componente e a sua relação, como também a ligação entre os três, só a consideração de todos os elementos permitirá o desenvolvimento sustentável. A abordagem de Mauerhofer (2018) também se baseia no modelo concêntrico das componentes, afirmando que a importância do capital ambiental, social e económico não é igual (Mauerhofer, 2018: 351). O conceito não é apenas a correlação concêntrica entre os três elementos, mas o que o modelo de sustentabilidade deve representar de uma forma tridimensional¹⁰, integrando-a num cone que representa a capacidade natural em si. A base do cone representa o círculo concêntrico acima descrito, sendo este a representação de cada capital. A respectiva capacidade de cada capital é representada por uma coluna, permitindo não só a representação do capital, mas a capacidade do mesmo. As três colunas por sua vez suportam um triângulo no qual está representada a sustentabilidade (Mauerhofer, 2018: 351-352). A intenção de Mauerhofer (2018) é a criação de um modelo viável que possa ser utilizado no âmbito legal, permitindo uma abordagem ao desenvolvimento sustentável, sendo este apoiado por leis nacionais e internacionais. Este modelo fornece uma combinação de critérios que pretendem definir as prioridades que facilitem a tomada de decisão na opção mais sustentável (Mauerhofer, 2018: 357). Contudo este modelo nega a possibilidade do crescimento pleno das capacidades, uma vez que as colunas estão limitadas pelos limites do cone.

Como referido, o desenvolvimento sustentável pode ser considerado em diferentes estruturas. Da mesma forma que é considerado em diferentes contextos, nomeadamente num contexto cultural, geográfico, entre outros. Desta forma, por exemplo o desenvolvimento local é considerado como uma estrutura geográfica importante. Uma vez a necessidade de desenvolvimento local esteja reconhecida, os esforços requeridos pela mesma, permitem alcançar o nível pretendido numa

⁹ Como indicado no Anexo B.

¹⁰ Ver modelo em *Mauerhofer, 2018*.

dimensão menor. Com o sucesso numa pequena escala, a mesma pode ser alargada de forma a abranger as áreas circundantes ou mesmo novos locais. Assim, o desenvolvimento de uma área menor, revela vantagens mais objectivas, como uma probabilidade de sucesso maior e mais óbvia. Este tipo de ação consegue de forma efectiva respeitar os fatores e as realidades específicas, independentemente do local.

Ainda que o desenvolvimento local permita assegurar um bem estar ou uma melhoria das condições de vida, é inevitável considerar que para tal torna-se necessário que para além de uma ideia ou projeto, os próprios Estados tenham a vontade de melhorar a gestão e distribuição das terras. Considerando o facto do trabalho focar-se especialmente no contexto africano, o desenvolvimento em África é extremamente importante. Igualmente relevante é o facto do problema na distribuição de terras em África, representar o maior problema ambiental e agrário no continente, sendo este problema mais relevante do que qualquer possibilidade de argumento com incapacidade técnica por parte dos produtores (Amanor, 2008: 3). Amanor (2008) expõe que o argumento dos produtores locais não possuem conhecimento suficiente para práticas de cultivo sustentáveis, remonta aos tempos coloniais, onde os mesmos argumentos já eram utilizados (Amanor, 2008: 17).

Em África continua a dar-se preferência ao investimento privado com a justificação de uma gestão (florestal) sustentável, ignorando as necessidades das populações e sem o retorno do valor dos recursos naturais explorados e exportados (Ahenkan e Osei-Kojo, 2014: 163-164). Com o argumento da necessidade de um desenvolvimento sustentável, nega-se o direito ao uso da terra por parte de quem mais precisa para assegurar a sobrevivência, por este motivo e com o argumento de um melhor conhecimento técnico e maior eficiência, permite-se a exploração do solo em vários países africanos por parte de empresas privadas e estrangeiras. Ao analisar a política imparcial dos próprios Estados, podemos afirmar que o interesse em justiça social e ambiental, são secundários (Amanor, 2008: 32).

Ao contextualizar o desenvolvimento sustentável no continente africano Ahenkan e Osei-Kojo (2014) delinearam os maiores desafios do continente e de que forma um desenvolvimento sustentável poderia enfrentar os mesmos. O maior desafio identificado no contexto africano é a redução de pobreza e como o crescimento económico de um país está relacionado com a pobreza. Enquanto existem vários países africanos, entre eles Moçambique com um crescimento anual elevado¹¹, os níveis de desenvolvimento mantêm-se muito baixos (Ahenkan e Osei-Kojo, 2014: 165-166). Segundo Ahenkan e Osei-Kojo (2014: 167-169) os problemas estão no desemprego e na dependência de uma agricultura¹² pouco eficiente que afecta mais de 50% da África sub-sahariana. Adicionalmente confirmam que alguns dos países africanos com o maior investimento em terreno, são também os com maior número de pessoas subnutridas, facto que sublinha a importância da terra no contexto de desenvolvimento.

¹¹ Acima dos 5% durante vários anos consecutivos (Ahenkan e Osei-Kojo, 2014: 165).

¹² Sector com mais trabalhadores também no nível global (ILO, 2012: 20).

Muitas ameaças para o bem-estar são resultado de ações humanas, por exemplo a desflorestação que não só resulta em menos ar filtrado, mas também na diminuição da biodiversidade, assim como o espaço natural fica amplamente reduzido. A própria produção industrial e o transporte resultam num elevado contributo para a poluição do ar, da água e da terra, sabendo que estes são elementos fundamentais para o futuro do ser humano.

Considerando estas ameaças, existem atualmente cada vez mais Estados, empresas e indivíduos que conscientemente consideram a sua responsabilidade, no que diz respeito aos possíveis impactos negativos das suas ações. Para ser comparável numa escala internacional, alguns indicadores centrais da sustentabilidade foram reconsiderados, definidos e registados pelas Nações Unidas garantindo um consenso comum e um plano de ação (Cantor, 2011: 9-13). Para tal, Amanor (2008) afirma, que a importância do envolvimento social em todos os níveis geográficos é crucial:

“Sustainable development requires the redistribution of resources at the international, national and local levels, and social movements play an important role in challenging the dominant elitist frameworks and creating pressure for social change.” (Amanor, 2008: 4).

O termo “sustentável” significa que o retorno é superior ao aplicado, ou seja, o *stock* de recursos naturais não é ameaçado por sob-exploração¹³. O termo “desenvolvimento” refere-se ao melhoramento de condições de vida e “bem-estar”. Um desenvolvimento sustentável representa subsequentemente um melhoramento de condições de vida com um maior retorno do que o aplicado.

Em termos económicos o desenvolvimento sustentável permite não só criar valor respeitando e protegendo o ambiente e as sociedades, como representa uma forma de reduzir riscos, que por sua vez arriscam numa gestão não sustentável, impedindo o sucesso de uma empresa em diversas áreas, que não só as económicas.

No contexto social o desenvolvimento sustentável está focado no estabelecimento de igualdade de género, educação de qualidade, acesso a água limpa e nutrição equilibrada. O desenvolvimento sustentável em relação ao ambiente significa a proteção da terra, da água, do ar, da biodiversidade e igualmente importante a redução da poluição seja de que forma for, evitando o lixo e tóxicos não biodegradáveis.

Ao definir o conceito de desenvolvimento sustentável, é importante considerar como o conceito pode tornar-se uma ação, ou seja, quais são as implicações práticas da teoria?

A ideia da *utilidade* da natureza para os seres humanos, permite definir ações claras, enquanto a perspectiva da natureza, é visto como um valor intrínseco e muitas vezes na prática é considerado

¹³ Sustentável não refere-se necessariamente ao ambiente nem ao desenvolvimento. Para indicar um outro exemplo, em termos de gestão, um negócio é considerado sustentável quando o investimento financeiro a longo prazo é menor do que o lucro gerado.

uma idealização em vez de um determinante nas escolhas (Kates [et al.], 2005: 11). Na prática pode ser mais útil definir o desenvolvimento sustentável em paralelo com os objetivos que uma política, empresa ou sociedade pretende atingir, assim como as condições e os fatores locais podem determinar os focos que devem ser considerados os mais importantes e os mais realistas para cada caso individualmente (Kates [et al.], 2005: 12). Ainda que o fator ambiental é intrínseco para alcançar a sustentabilidade, os outros fatores como o bem-estar, não devem receber menos atenção quando os objetivos são definidos, tal como indicado no Anexo B, onde as áreas estão interligadas e interdependentes (Cantor, 2011: 6).

Neste trabalho, o desenvolvimento sustentável significa a concretização de um desenvolvimento que reduz possíveis impactos negativos no ambiente, na economia e na sociedade. Com o desenvolvimento sustentável os impactos num determinado local serão reduzidos o mais possível sem comprometer qualquer um dos níveis que possam beneficiar com uma intervenção¹⁴.

I.3 Promover o desenvolvimento sustentável

A criatividade do ser humano em encontrar soluções e novas abordagens frente aos desafios diários, são reconhecidos como o impulso-chave que resultou no desenvolvimento da nossa espécie. Ainda que o termo de desenvolvimento sustentável é bem mais recente do que o paleolítico, a capacidade de não só adaptar-se às condições em mudança, mas à criação de ferramentas, técnicas e abordagens que permitam o desenvolvimento de uma espécie, é claramente tão antiga como o ser humano. Por outras palavras, o desenvolvimento sustentável é parte intrínseca do desenvolvimento humano, uma vez que é o motor da mudança em forma de novas abordagens que trazem melhorias para as condições de existência e permitem a continuação no futuro.

Tal como a criatividade, o conhecimento é fundamental para um desenvolvimento sustentável, uma vez que a percepção do que nos rodeia e o que influencia, permite igualmente considerar importantes fatores e perceber como alterar ou influenciá-los, independentemente do contexto.

Como já referido, esta ação prática não começa com a aplicação de uma inovação mas com a procura de algo diferente, novo ou melhor. A procura de uma solução ou um objectivo a alcançar apresenta uma boa base, que ajuda a construir a ideia do destino, permitindo definir ou encontrar o melhor caminho para lá chegar. Crucial para o desenvolvimento sustentável é também a delimitação de recursos físicos e psicológicos. Uma vez que o objectivo está definido, mais variáveis podem ser encontradas e verificadas.

A abertura para algo novo é baseado no apoio de incentivar indivíduos. Quanto mais flexibilidade e espaço estiver disponível, maior a probabilidade de uma sociedade conseguir evoluir. Cohen e Sauermann (2007) investigaram não só a importância de incentivar indivíduos, como também

¹⁴ Qualquer atividade num determinado local, seja de origem económica, social ou ambiental.

procuraram identificar as razões pelas quais os indivíduos inventam e inovam¹⁵. É preciso uma ideia de alguém para desenvolver novas ou melhores abordagens que por sua vez incentivam a um desenvolvimento sustentável.

A chave para resolver problemas e encontrar caminhos alternativos é a identificação de desafios e objetivos segundo as necessidades. A identificação de desafios e objetivos criam a base que favorece a aprendizagem, que por seu lado pode apresentar maneiras rápidas, financiáveis e implementáveis para enfrentar desafios globais e sociais. Ao abrir os horizontes pela pesquisa de novos caminhos ou alternativos, novas abordagens permitem mudar a direção ou simplesmente fazer passos significativos no futuro (OECD, 2010: 9).

No fundo, o crescimento da economia foi identificado como a única maneira de estabelecer um bem-estar relativo para muitas pessoas com a maior rapidez possível. Regulamentações permitiram mudar padrões rapidamente, e a educação foi proclamada excessivamente demorada e dispendiosa para ser um fator determinante para o desenvolvimento (Salavisa, 2007: 68). Ao contrário dos princípios fundamentais da economia baseadas nas teses de Adam Smith¹⁶, o desenvolvimento sustentável depende de capital humano em forma de conhecimento e esforço. Hoje desenvolvimento sustentável é considerado a chave para o crescimento, e a chave para a existência de pessoas com formação e educação que capacitam os processos de um desenvolvimento sustentável (OECD, 2010: 55).

Pela mesma razão, Salavisa (2007) argumenta que a educação é fundamental para o desenvolvimento económico uma vez que sociedades de conhecimento têm mais facilidade em adaptar-se aos desafios dos mercados nacionais e internacionais. Moldar as abordagens para enfrentar e ultrapassar dificuldades, tal como encontrar melhores abordagens é atingido por inovações em todas as vertentes da economia e da sociedade em si (Salavisa, 2007: 73). Isso também implica que desenvolvimento sustentável depende do seu sucesso para ser chamado de sustentável, ou seja, com a não continuação fica apenas um desenvolvimento.

Práticas existentes podem ser melhoradas por uma ideia inovadora que pode tornar essa prática mais sustentável. Mudar os padrões existentes para sustentar as vidas e as ações humanas pode ser atingido por algo inovativo, que permite melhorar ou sustentar, cada vez mais, qualquer forma de existência.

Ainda que o futuro seja incerto, tudo o que é feito hoje, influencia o amanhã de uma forma ou outra. O conceito do desenvolvimento sustentável pretende apoiar maneiras de planeamento e ação que permitam reduzir impactos negativos e ao mesmo tempo pavimentar um caminho suportável para o futuro que não só permite sobreviver mas usufruir e multiplicar impactos positivos.

¹⁵ Cohen e Sauermann (2007: 80-84) discutem vários resultados próprios com descobertas anteriores para identificar as motivações principais de inovadores e como promovê-los.

¹⁶ Criador do conceito da “mão invisível” e do mercado livre.

Hoje em dia existe uma vasta oferta de teorias e abordagens para desenvolver por exemplo empresas, sociedades ou terrenos de uma maneira sustentável. Assim, e aproveitando o exemplo desde a definição dos *objetivos do milênio*, verificaram-se sucessos significativos em termos de desenvolvimento humano, ainda que a maioria dos objetivos não foram atingidos até 2015¹⁷.

A importância de desenvolvimento sustentável encontra-se na interligação da identificação de desafios e objetivos para hoje e amanhã e na procura de novas abordagens que visam confrontar e resolver barreiras para assim garantir maneiras flexíveis de desenvolver o mundo de forma sustentável. Nesse sentido o presente trabalho vai analisar de que forma o desenvolvimento sustentável está representado no estudo de caso. A análise sobre a sustentabilidade será analisada não só dentro do caso de estudo mas também no papel da sociedade do país da sua execução. Especialmente neste caso de estudo, o contexto africano representa o cerne da investigação para responder e abordar a questão do projeto florestal. Como defendido por Amanor (2008) “New agendas for sustainable development need to be concerned with notions of social redistribution of natural resources and land, and public participation in control over the appropriation and accumulation of land.” (2008: 197).

Por fim é importante reconhecer limitações de cada autor acerca da percepção e definição de um conceito, porque a perspectiva de um autor influencia a definição. Igualmente existem limitações na elaboração do presente trabalho que exigem a simplificação do conceito a ser investigado e aplicado. O sucesso ou a aplicação de uma abordagem sustentável também pode ser impedida por fatores externos como o mercado, o panorama institucional ou por exemplo por rejeição cultural.

Capítulo II - Metodologia

Qualquer investigação ou estudo pretende responder de forma clara a uma pergunta chave onde incide a pesquisa. Através de uma análise de dados qualitativos ou quantitativos, e muitas vezes, até a análise simultânea de ambos os autores procuram responder às questões centrais dos respectivos trabalhos. Este capítulo pretende apresentar a metodologia utilizada para responder à pergunta da pesquisa do presente trabalho incluindo as perguntas chave do mesmo.

A primeira parte vai esclarecer como a investigação presente será abordada, pretende-se através de uma análise criteriosa de fontes e dados, deixar esclarecidas as vantagens e críticas que estão presentes no estudo de caso, assim como intenta esclarecer a forma como as informações necessárias foram coletadas. Em seguida, a literatura principal será apresentada, para por último elaborar uma breve consideração de eventuais perspectivas conflituosas.

¹⁷ Vários objetivos foram atingidos em locais específicos, mas nenhum ao nível global. Foram feitos passos importantes para melhorias significativas, ainda que não todos os objetivos que eram definidas como objetivos do milênio foram atingidos. Por exemplo o segundo objectivo de atingir uma educação universal não foi atingido por pouco, sendo um crescimento da taxa de matrícula no ensino básico de uma média de 83% em 2000 para uma média de 91% em 2015 (Galatsidas e Sheehy, 2015).

Para identificar a forma mais adequada para responder à pergunta da pesquisa, o objectivo da mesma tem que ser bem definida. No caso do presente trabalho, pretende-se identificar a relevância e representação do conceito de desenvolvimento sustentável no projeto florestal integrado que foi escolhido como caso de estudo, o da Portucel Moçambique.

Como acima indicado, umas das escolhas principais referente à metodologia mais adequada para uma investigação é determinar um foco em dados quantitativos ou qualitativos. Dependendo dos recursos disponíveis, esta escolha poderá ser influenciada diretamente pelos resultados da mesma.

No presente trabalho uma pesquisa de terreno podia ter revelado novas singularidades da intervenção, uma vez que traria uma melhor percepção da prática e realidade do projeto, ao mesmo tempo que fornecia um valor acrescentado para os objectivos do trabalho, como por exemplo através de um contacto direto com as partes envolvidas e afetadas. Caso a possibilidade de uma pesquisa de terreno fosse exequível, esta abordagem para o tipo de estudo poderia tornar-se a mais adequada, no entanto, requer um nível elevado de disponibilidade financeira e de tempo que não foi possível disponibilizar.

A escolha da abordagem para o presente trabalho estava limitado por fatores externos que resultaram numa abordagem alternativa. Neste caso, foi necessário determinar a importância de dados qualitativos e quantitativos para o trabalho é compreender qual o melhor método para responder à questão central do trabalho. No estudo de caso e a relação do mesmo com o conceito de desenvolvimento sustentável foi optado por não incluir dados quantitativos para a base da pesquisa, o que resulta na escolha de dados qualitativos em diversos formatos de publicações para o desenvolvimento do trabalho de investigação.

No que diz respeito a referências, o trabalho vai basear-se em dois tipos de fontes. Na parte empírica baseia-se em artigos de livros e publicações oficiais criando a base teórica do trabalho, tendo em vista o aprofundamento dos temas em questão. Desta forma pretende-se numa fase inicial, deixar claro os conceitos presentes no trabalho nomeadamente o de desenvolvimento sustentável, com o recurso a publicações científicas que ofereçam a definição mais esclarecedora para o objectivo final da investigação. Estas informações, serão o elo de ligação para dar seguimento à apresentação do projeto integrado, que por sua vez será alavancado por publicações internas como páginas, artigos, relatórios e publicações oficiais sobre a intervenção da Portucel Moçambique. Desta forma pretende-se verificar as hipóteses e ao mesmo tempo aprofundar o conhecimento sobre o estudo de caso.

Não menos importante, publicações relativas ao estudo de caso de outras entidades como jornais diários terão a sua importância reconhecida com a vontade de compreender melhor o enquadramento geral da intervenção e todos os planos. Após um conhecimento aprofundado sobre o projeto, fica óbvia a necessidade de avaliar detalhadamente as diversas esferas que estejam direta ou indiretamente relacionadas com o projeto florestal, para tal é motivada pela procura de uma conclusão imparcial e honesta, torna-se imprescindível ao autor um pensamento crítico que procure

esclarecer não só a pergunta central do trabalho, mas também qualquer dúvida que surja no desenvolvimento do mesmo.

Sendo claro o facto que a Portucel Moçambique foi fundada há menos de dez anos e o projeto florestal em si, só arrancou em 2015, tendo a produção industrial prevista só em 2023, é evidente que a literatura sobre a Portucel Moçambique ainda está bastante limitada pela existência quase exclusiva de publicações internas. Considerando este facto, a literatura acessível sobre o estudo de caso, limita a capacidade de analisar o projeto de uma forma mais abrangente, no entanto é possível acrescentar-lhe valor e uma perspectiva crítica, quando acrescentada por literatura que confronta os temas relacionados.

Uma vez que o acesso ao terreno foi determinante para a Portucel, o procedimento para adquirir o DUAT será discutido com o recurso a uma publicação da Associação de Comércio e Indústria de Moçambique de 2012, período pelo qual é quase coincidente com o processo atravessado pela Portucel Moçambique.

Relativamente ao país onde o projeto está presente, será abordado através de literatura com origem moçambicana permitindo uma perspectiva local. Vários textos da série de publicações sobre “Desafios para Moçambique” criam o fundamento para o capítulo sobre o país de execução. Apenas dados relativos ao nível de desenvolvimento humano do *Human Development Index* são adicionados às informações demográficas.

Em primeiro lugar os documentos e as publicações da própria Portucel Moçambique foram pesquisados com o intuito de adquirir uma ideia geral sobre a intervenção e os objectivos do mesmo. Para em seguida aprofundar o conhecimento sobre o estado atual e a abordagem do projeto florestal integrado, considerando especialmente o diagnóstico da pesquisa resumido no *Relatório Ambiental e Social 2015* pela própria Portucel Moçambique.

O passo seguinte foi a pesquisa para o enquadramento teórico do trabalho, a fim de garantir que o conceito-chave pode ser considerado na abordagem dos próximos passos. Para esta informação foram consideradas várias publicações com elevada importância para a consideração, divulgação e definição como os trabalhos de Meadows¹⁸ e o Relatório de Brundtland¹⁹ que contribuem para o conceito de desenvolvimento sustentável. Para contextualizar o conceito com o continente africano, foi considerado o trabalho de Ahenkan e Osei-Kojo²⁰ tal como o livro *Land and Sustainable Development in Africa*²¹ que foi igualmente considerado. Uma vez que o conceito de desenvolvimento sustentável estava definido, foi abordado o contexto do estudo de caso com o conceito.

¹⁸ Especificamente *Os limites de crescimento* de 1972.

¹⁹ Publicado pelas Nações Unidas em 1987.

²⁰ Publicado em 2014, o trabalho discute o progresso de desenvolvimento sustentável em contexto africano.

²¹ Editado por Amanor e Moyo, 2008.

Para garantir uma perspectiva inclusiva ao estudo de caso revelou-se necessário pesquisar mais informação relativa ao país de execução do projeto da Portucel Moçambique, assim como foi necessário pesquisar sobre a *The Navigator Company*²² que iniciou a intervenção e perceber de que forma.

O estudo de caso vai ser complementado por alguns artigos disponíveis online que relatam sobre o jovem projeto. Estes artigos permitem uma perspectiva adicional que ainda não estiveram disponíveis na altura da escolha do tema do presente trabalho. No capítulo sobre o desenvolvimento social da Portucel Moçambique vai ser analisado um dos primeiros trabalhos que critico o desempenho na empresa no país “Portucel - O Processo de acesso à Terra e os direitos das comunidades locais” publicada pela organização não-governamental *Justiça Ambiental*²³ (2016).

Desta forma e como mencionado no início do subcapítulo, o trabalho vai basear-se em dados qualitativos alavancados por alguns dados quantitativos. Após a identificação da pergunta principal a responder, foram definidas as perguntas que seriam imperiosamente respondidas para que mais fatores de relevância sejam considerados, a fim de responder à pergunta de pesquisa do presente trabalho de forma clara e objectiva.

Algumas referências bibliográficas não são necessariamente recentes, mas esse facto não lhes retira a devida importância, uma vez que representam a base para muitos estudos futuros e ainda sublinham que alguns tópicos são menos recentes do que é geralmente assumido.

Considerando os consentimentos e controvérsias no que diz respeito a presente investigação e ao estudo de caso, é importante ponderar os possíveis conflitos entre a perspectiva do presente trabalho e as realidades locais. O local no qual o projeto em análise está inserido não foi visitado nem existe outro tipo de contacto pessoal com o país ou a região em questão, nem houve muito conhecimento prévio sobre a história, a política e a cultura entre as outras realidades do país.

Sempre, mas especialmente quando o local estudado está fora do conhecimento próprio por experiência pessoal, é necessário ter especial atenção a certas considerações para evitar assumpções erradas em respeito aos diferentes contextos. Ou seja, ainda se o autor de um trabalho ou um investigador pretenda analisar com a maior objetividade possível, o que será apontado ou não, é sempre influenciado pelo conhecido, pois é mais fácil reparar em algo conhecido do que desconhecido.

Considerando o facto da impossibilidade de uma pesquisa de terreno, é importante esclarecer que quando surgir no trabalho a necessidade de uma consideração na óptica local, a mesma vai considerar apenas a perspectiva de autores moçambicanos, como uma análise de raiz que mostre a

²² O nome completo é The Navigator Company S.A. e está sediado em Mitrena, Setúbal, Portugal.

²³ Também conhecida pela abreviatura JA!, a ONG moçambicana defende o ambiente como meio de lutar para igualdade e equidade.

concepção da ideia nativa que só por esta via, torna possível não incorrer numa falácia, causada pelo distanciamento e desconhecimento pessoal do local.

Por essa mesma razão, sempre que for considerado possível, será utilizada literatura de origem moçambicana, ainda que em consciência seja reconhecido que o ensino superior Moçambicano ronda os 50 anos, deixando claro que o mesmo é algo bastante recente reduzindo a existência de trabalhos e estudos feitos no país e “[...] suposições e convicções têm sido veiculados com expressiva carga normativa [...]” (Langa, 2014: 368).

O ponto mais controverso no que diz respeito este trabalho é o método de considerar as comunidades locais uma vez que uma verificação da própria realidade local não pode sofrer alterações em consequência de uma perspectiva externa. Por essa razão a consideração orienta-se nos termos definidos para o projeto em análise. Sobretudo, a abordagem neste trabalho pretende ser o mais objectiva possível, respeitando qualquer questão ética.

Capítulo III – Estudo de caso: O projeto florestal integrado da Portucel Moçambique

Este capítulo vai introduzir e analisar o projeto florestal integrado da Portucel Moçambique. Ao decompor o nome do estudo de caso, emergem três tópicos: o país Moçambique, o grupo Portucel Soporcel e o projeto florestal integrado.

As páginas seguintes vão debruçar-se sobre cada um destes tópicos, para permitir compreender o relacionamento entre os tópicos em questão e perceber os três alicerces que sustentam a idealização do projeto, analisando o estudo de caso. Para em seguida (ao longo do Capítulo IV) relacionar e discutir as relações e os afastamentos entre o estudo de caso e o conceito de desenvolvimento sustentável.

No primeiro subcapítulo será brevemente introduzido o local do estudo de caso, Moçambique; em seguida será abordada de forma sucinta a história da empresa The Navigator Company, anteriormente chamada Portucel Soporcel; por fim, será introduzido e discutido o projeto florestal integrado, não só identificando as áreas de intervenção com foco na criação de lucros, como também o envolvimento da Portucel na sociedade local e os impactos da empresa para Moçambique.

III.1 A República de Moçambique

Ao introduzir um país como o cenário de um estudo de caso, é importante determinar a informação-chave necessária para acompanhar as hipóteses e conclusões feitas ao longo do mesmo. Considerando a impossibilidade de resumir as circunstâncias atuais de um país sem considerar a evolução política, económica e cultural, não se deve em momento algum descurar a necessidade de respeitar as características próprias do país. Sobre cada uma das características do país seria

possível escrever centenas de livros. No entanto, esta parte do trabalho pretende apenas delinear e enquadrar o país que foi escolhido para a execução do projeto florestal integrado da Portucel Moçambique.

A República de Moçambique é um país localizado no sudeste do continente africano, com aproximadamente 28 milhões de habitantes (HDI, 2015) e uma vasta costa no oceano Índico, nos restantes extremos do território confina com seis vizinhos²⁴ pelas fronteiras, norte, oeste e sul do país. Enquanto a língua oficial do país é o português, a diversidade cultural manifesta-se pela presença de dezenas de outras línguas²⁵ no país e no facto de nem um quarto da população considera o português como a sua língua materna (INE, 2017).

Moçambique é um dos países africanos com as melhores perspectivas de crescimento devido ao seu potencial e há existência de recursos naturais valiosos. Além dos recursos naturais como, a madeira, o ouro e o titânio, o país detém um dos maiores depósitos de carvão no mundo. Também a hidroenergia, criada através das correntes de grandes rios como o rio Zambeze, permitem a criação de eletricidade, a mesma, representa uma fonte de lucro como bastante potencial. Contudo, os recursos de maior potencial para o crescimento económico, são as bacias de gás natural localizadas na costa norte do país e as vastas áreas de terra fértil. A própria localização do país ainda permite um fácil transporte de recursos, devido às extensas linhas de comboio e os vários portos ao longo da costa.

Após mais de 400 anos de colonização portuguesa da região, a procura de autodeterminação entre fronteiras pré-criadas representou o maior desafio no país. No entanto, ao observar a sua história mais para trás, Moçambique é um país de muitas histórias, culturas e tradições complexas, tendo sido o terreno para trocas comerciais entre comerciantes árabes, persas, somali e bantu, entre outros. Com o atingir da pretendida independência em 1975, a jovem república de Moçambique começou um caminho difícil na busca incessante de estabilidade e paz, passando as primeiras duas décadas após a independência numa guerra civil dramática que fragmentou o país e causou milhares de mortos no período entre 1976 e 1992.

Este trabalho pretende contribuir para o futuro e análise de um projeto recente, por essa mesma razão ficou decidido não recuar demasiado e só valorizar a história a partir do começo do processo de paz, assim vai iniciar-se este capítulo sobre a história moçambicana. Ao introduzir a história recente do país, este capítulo propõe-se e baseia-se apenas na literatura moçambicana, garantindo uma perspetiva interna dos acontecimentos.

O processo da paz em Moçambique começou com o fim da guerra civil em 1992 que “terminou sem um claro vencedor nem um claro vencido” (Júnior, 2014: 265) com um acordo de paz assinado pelos

²⁴ Tanzânia, Malawi, Zâmbia, Zimbabwe, África do Sul e Suazilândia (desde 2018 chamado Eswatini).

²⁵ Quase toda a população de Moçambique fala uma língua bantu como língua materna. Línguas como o *macua* e *changana* são consideradas as línguas maternas com mais falantes no país (INE, 2017).

dois oponentes principais da guerra civil, a FRELIMO e a RENAMO²⁶. Este acordo acabou com uma guerra incontornavelmente violenta e dolorosa que durou quase 20 anos, na qual os dois lados excederam-se por incalculáveis vezes, não ficando apenas relacionados com as crueldades terroristas, mas também com o recurso a extensos números de crianças soldados que combateram na linha da frente (Júnior, 2014: 250).

Em consequência do período referido, a sociedade moçambicana está traumatizada pela violência que dominou e dividiu um país inteiro, causando uma pobreza extrema num país que ainda hoje mantém uma esperança média de vida de 55 anos, muito pela ausência contínua de acesso à água potável, saneamento, alimentação e saúde (HDI, 2018). Indicador apenas de uma das causas para os traumas presentes na sociedade moçambicana, que resultam numa grande dificuldade em confiar no “Outro” (Brito, 2014: 26-27).

Desde o acordo de paz em 1992, Moçambique continuou a sofrer repetidamente de instabilidades e conflitos violentos, que impedem e desaceleram o progresso e desenvolvimento em grandes extensões do país. Culminando em quase 80% da população moçambicana a continuar a viver abaixo do limite de pobreza, resultando nos expressivos 43% de crianças subnutridas no país, com a maior parte da população ainda a viver em zonas rurais (Castel-Branco, 2018: 5). A vida no campo é sustentada por atividades agrícolas, de pesca, entre outras. Por muitas vezes sem acesso a ferramentas ou conhecimentos que permitam otimizar e aumentar a produtividade que inegavelmente permitirá mais segurança existencial para as sociedades (Castel-Branco, 2008: 7). Subsequentemente, garantir a segurança alimentar para toda a sociedade moçambicana é um dos principais desafios que as comunidades locais enfrentam em permanência.

Contudo, Moçambique é considerado atualmente um país relativamente estável, facto que contribuiu para que tenha conseguido um crescimento anual do PIB de 7%. Além do potencial económico, o país aumentou as inscrições para o ensino básico, estando nos 90% em 2015 ficando assim muito perto de atingir um dos *objetivos do milénio*. Adicionalmente pode ser observado um progresso contínuo no Índice de Desenvolvimento Humano²⁷ ao longo dos últimos 30 anos, sendo 0,2 em 1990 e o dobro na atualidade com 0.4. No entanto, o país continua nos últimos dez lugares na comparação global registando a posição 181 de 188 no Índice referido (HDI, 2018).

Nos dias de hoje, o país encontra-se numa fase determinante para a criação de um futuro próspero. O nível elevado de crescimento em conjunto com o potencial dos recursos naturais a explorar podem permitir uma melhoria significativa das condições de vidas atuais, isto apenas será possível, se o lucro for gerido e distribuído de uma forma eficiente e responsável. Adicionalmente, Moçambique continua a usufruir do apoio ao desenvolvimento internacional, não só em termos financeiros, mas o país também dispõe atualmente de centenas de intervenções que pretendem educar as

²⁶ Frente de libertação de Moçambique (FRELIMO) e Resistência Nacional Moçambicana (RENAMO).

²⁷ Human Development Index ou HDI é uma medida sumária que indica e compara indicadores de desenvolvimento humano.

comunidades, assim como equipar o país e as populações, com as ferramentas necessárias que permitam alcançar a auto-ajuda necessária em termos económicos. Dentro dos projetos alguns visam a divulgação de informação crucial sobre saúde, higiene entre outros, que são fatores prioritários face aos desafios que o país enfrenta.

Para garantir que o país e os cidadãos consigam desenvolver-se de uma forma contínua e sustentável, a estabilidade no país é o fator determinante. O mercado moçambicano só consegue usufruir do seu potencial, se a estabilidade no país não for enfraquecida por perturbações políticas ou outros conflitos violentos que ponham em risco a continuidade e o crescimento do mercado nacional.

“Portanto, as oportunidades de expansão e desenvolvimento da economia nacional com uma base social e regional ampla, capacidades diversificadas e sustentação macroeconómica são substancialmente maiores e mais dinâmicas se o seu centro de gravidade for o desenvolvimento geradas em torno do desenvolvimento rural.”

(Castel-Branco, 2008: 7)

Além da importância política para a existência do mercado, o governo tem o poder e obrigação de garantir que o mercado consegue ser o motor para o desenvolvimento do país, garantindo que consegue assegurar o lucro gerado no país, não permitindo que o mesmo seja trocado fora do país, o que força Moçambique a perder uma grande parte do resultado comercial. Assim, o Estado têm que priorizar a estabilidade no país para favorecer e atrair negócios, a fim de assegurar que o Estado e a sociedade ganham com investimentos nacionais e estrangeiros.

O desenvolvimento social para o país em primeiro lugar deve preocupar-se com a segurança alimentar e acesso à água potável, uma vez que estas correspondem aos chamados bens de primeira necessidade que são as mais básicas para os seres humanos. Considerando que a maioria da população vive nas zonas rurais do país, o foco no desenvolvimento rural do país é crucial²⁸. Castel-Branco (2008) indicou que uma estratégia deve ser composta por:

“[...] três vias: (i) tem que se sofisticar e fornecer a informação detalhada que é necessária (sobre mercados, investidores, tecnologias, facilidades de financiamento, facilidades científicas e tecnológicas, produtos substitutos, estratégias de concorrentes, etc.); (ii) tem que operar no quadro das prioridades produtivas concretas e das necessidades para as concretizar; e (iii) tem que ajudar a mobilizar recursos e capacidades e a penetrar em mercados dinâmicos e inovadores.” (Castel-Branco, 2008: 36).

²⁸ “[...] no campo reside uma parte fundamental das forças políticas e do conflito político em Moçambique. [...] Por outro lado, o poder negocial do capital internacional (...) e doméstico (...) é muito maior e mais organizado e, por isso, muito mais influentes que o dos camponeses.” Castel-Branco, 2008: 10.

A confiança entre a população e instituições nacionais e internacionais é fundamental para poder envolver as partes interessadas e assim garantir que os interesses dos mesmos são protegidos e promovidos.

Entretanto, o país deve focar-se em atingir os objetivos do milênio, uma vez que estes são considerados determinantes no caminho mais viável para determinar, quais são os fatores mínimos de condições de vida, a que todos devem ter acesso. O facto de Moçambique encontrar-se no lugar 181 no HDI (2018) mostra a urgência de mudança. Falhas em garantir a estabilidade desaceleram qualquer progresso no país. Adicionalmente, após mais de duas décadas de crescimento, e sendo um dos países africanos com mais investimento estrangeiro na década presente, Moçambique continua a ser um dos países menos desenvolvidos no mundo²⁹.

Ao visitar a página oficial da UNESCO³⁰ dedicada aos novos objectivos do desenvolvimento sustentável (Sustainable Development Goals), existem dados disponíveis que indicam o nível de desenvolvimento para uma diversa variedade de fatores, no entanto não há um perfil que analise especificamente Moçambique. No mesmo estudo, é possível observar que Moçambique não é o único país que apesar da clara emergência que não faz parte da lista, na mesma lista constam apenas dados para onze países da África Sub-sahariana (UNESCO, 2018).

Para alterar o curso da história dos últimos 40 anos, o Estado de Moçambique quer investir no desenvolvimento do país (Justiça Ambiental, 2016: 5). Num passado recente Moçambique iniciou a pretensão de estabelecer um nível de democracia e descentralização do país que acelere o “processo de autarcização” (Noronha e Brito, 2010: 107) através desta intenção, o país procura alcançar um novo nível de desenvolvimento e reduzir a pobreza.

Com a clara necessidade de fazer face aos baixos índices de desenvolvimento no país e os elevados valores de pobreza, o governo precisa de dissuadir as pessoas para a deriva da população para os meios urbanos. O Estado moçambicano enfrenta problemas de carácter individual, uma vez que as fracas oportunidades nos meios urbanos, são incapazes de fazer frente às necessidades da população que pretende sair dos meios rurais em busca de novas oportunidades. Uma vez que Moçambique tem a maioria da sua população a viver fora dos meios urbanos e caso o governo não lide de forma objectiva com este problema, tanto o sector formal, como o informal serão inúteis nas pretensões de qualquer desenvolvimento. (Noronha e Brito, 2010: 108).

Desta forma, entra-se numa questão relacionada com o sector informal e a necessidade de consciencializar a população para a necessidade de contribuir para o bem comum do país. Com a integração dos trabalhadores no sistema, evita-se o acumular da pobreza nos centros urbanos, permitindo a sustentabilidade dos serviços públicos e como esses devem ser suportados por todos os

²⁹ Em 2014 Moçambique atingiu uma pontuação de 0,42 numa escala de 0 a 1, sendo melhores os números mais altos. Dados de 2014 disponível em <https://ourworldindata.org/human-development-index> [Acedido em 23/07/2017].

³⁰ Abreviatura inglesa para a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura.

cidadãos (Noronho e Brito, 2010: 112). Sendo inegável que qualquer um destes objectivos necessita de um Estado capaz.

Atualmente em Moçambique a economia está especializada em recursos primários e a sua exportação, por esse motivo, os riscos do retorno ficarem exclusivamente para as economias estrangeiras em vez de permanecerem no país é elevado e preocupante. Não só é preocupante no sentido da exploração dos recursos e do potencial do país, como é necessário assumir claramente a vontade de oferecer melhores condições sociais e ambientais para um futuro mais sustentável (Massingue e Muianga, 2013: 126).

Para o país é importante que o governo assegure que o valor financeiro gerados por empresas estrangeiras, seja algo seguro para o país em si³¹. Desta forma, o Estado pode usufruir do retorno, sem entrar numa dependência de investimento externo. Este rigor é muito importante, no caso de uma produção ou extração de recursos naturais para a exportação (Massingue e Muianga, 2013: 142).

Ainda que os factos e sugestões acima mencionados pareçam identificados, é importante realçar que benefícios fiscais e interesses estão presentes nas escolhas dos países, não podemos permitir que ingenuidade substitua a responsabilidade de um Estado ter uma influência positiva, resultado da boa prática do seu papel no progresso de desenvolvimento (Massingue e Muianga, 2013: 131-133).

III.2 O grupo The Navigator Company

O grupo The Navigator Company é uma das maiores empresas europeias de produção de pasta de papel e papel de escritório, estando entre as vinte maiores empresas portuguesas no mundo.

Os primeiros passos do grupo começaram em 1953 produzindo pasta crua de pinho em Cacia, Portugal representando o início da Portucel. Só 31 anos depois, em 1984 seguiu-se o arranque de uma fábrica de pasta de papel, que representa o começo da Soporcel. As duas sociedades situadas na indústria portuguesa de papel juntaram-se em 2001 formando a Portucel-Soporcel, atualmente a The Navigator Company. Desde o início do século XXI ocorreu um crescimento rápido do grupo, formando um dos maiores produtores de pasta branqueada de eucalipto e papel de impressão em 2015 (Navigator, 2018¹).

Seguindo uma estratégia interna de expansão contínua, o grupo pretende não só manter o seu lugar no mercado nacional e internacional mas também explorar possibilidades de crescer e expandir o seu papel em mais mercados internacionais, fornecendo cada vez mais países com os seus produtos em base de pasta de papel de alta qualidade. Adicionalmente o grupo pretende continuar a crescer em

³¹ Também referido por Ahenkan e Osei-Kojo (2014: 164).

termos de produção fabril e florestal, sendo capaz de lidar com um crescimento de produção e procura (Portucel Moçambique, 2016: 26).

Devido aos limites de espaço disponível na Europa, a procura de expansão florestal obrigou a um olhar para o hemisfério sul do globo, uma vez que permite o acesso a grandes áreas de terra fértil e disponível. Só vastas áreas de espaço disponíveis permitem realizar o desejo de expansão física do grupo The Navigator Company (Navigator, 2018: 21-24).

III.3 A Portucel Moçambique

Com a vontade de expansão, o grupo The Navigator Company teve vários locais possíveis em discussão sendo definido que o hemisfério sul apresenta-se com maior potencial devido ao espaço físico disponível. Essa possível expansão foi dirigida para o lado sul do globo, por este ainda permitir uma maior exploração de terra que ainda não está aproveitada. Vastas áreas garantem a flexibilidade de exploração sem confrontação por proximidade com outros fins.

No caso do grupo foram observadas e analisadas as condições não só em Moçambique mas também em Angola, Brasil e Uruguai. Além da proximidade linguística e cultural, as condições climáticas foram considerações cruciais, sendo fundamentais para uma expansão no sector florestal. Adicionalmente, a proximidade com o mercado asiático de Moçambique, comparando com os outros países considerados, foi determinante para a escolha final.

Em virtude de vários determinantes a escolha final para um projeto florestal que permitisse a produção de materiais primários adicionais e ao mesmo tempo a exploração fabril e energética, concluiu que Moçambique seria o país mais apropriado uma vez que “ reúne características que tornam o caso bastante interessante do ponto de vista dos fundamentos da estratégia: elevada produtividade da floresta, maior proximidade de um dos principais mercados alvo (China) e um custo competitivo da terra.” (Navigator, 2017: 24). Estas determinantes vão ser analisadas com mais detalhe no capítulo sobre a concepção do projeto que pretende estabelecer a base para um negócio de sucesso.

A Portucel Moçambique é uma empresa de direito moçambicano constituído pela The Navigator Company em 2009 cujo o objetivo é a criação do maior projeto florestal integrado em Moçambique. O grupo principalmente produz pasta de papel e papéis de impressão gráfica que se vendem em 120 países. A intervenção em Moçambique tem o objetivo principal da produção de pasta de celulose para papel e energia através da construção de um parque industrial que pretende estar completo e iniciar a produção até 2023 (Portucel Moçambique, 2016: 34).

Antecipadamente são instaladas bases florestais nas zonas de Zambézia e Manica, aprovado segundo o DUAT³². Aqui a plantação de eucalipto vai permitir o acesso ao recurso primário necessário para a produção da pasta de papel, ultimamente permitindo a expansão do grupo The Navigator company por uma nova empresa, intitulada a Portucel Moçambique (Portucel Moçambique, 2016: 34).

III.4 O projeto florestal integrado da Portucel Moçambique

O objectivo geral da Portucel Moçambique é a produção de polpa e pasta de papel a partir de 2023 representando a área de negócio principal da Portucel Moçambique – Sociedade de Desenvolvimento Florestal e Industrial, Lda. Estabelecido este negócio desde 2009, decorre um projeto florestal integrado baseado em vários pilares. Nomeadamente três pilares que sustentam o projeto integrado, que são a florestação de eucalipto, a produção de pasta de papel e a geração de energia.

Além dos objectivos da criação de valor económico, a Portucel Moçambique pretende também criar valor social e ambiental adicional. Ao integrar estes objectivos num só projeto, os níveis dos impactos sociais e ambientais devem ser identificadas especificamente, permitindo o ajustamento de cada pilar sempre que se verifique essa necessidade. A harmonia entre o local da execução e da intervenção em si permite garantir mais segurança. Assim a visão da Portucel Moçambique é “Ser uma empresa líder e exemplar na implementação e gestão sustentável de projetos integrados de base florestal, desenvolvimento pessoal e profissional.” (Portucel Moçambique, 2016: 35).

O pilar principal é a florestação de grandes áreas nas zonas de Zambézia e Manica introduzindo o eucalipto numa zona estrangeira. A plantação de grandes números de eucalipto por seu lado representa a base para a futura extração de matéria prima para pasta de celulose e papel. Além da base para a produção industrial, partes do eucalipto vão ser disponibilizados às comunidades locais como matéria prima para o uso privado.

A implementação da Portucel Moçambique estava dependente de um fator determinante, o acesso à terra. Como Moçambique não vende terrenos, a única maneira de ter acesso para a execução de um projeto é a aquisição do Direito de Uso e Aproveitamento da Terra (DUAT). A intervenção baseia-se num quadro legal que define as obrigações e deveres por parte do Estado moçambicano e da Portucel Moçambique, sendo uma empresa de direito moçambicano. A autorização do projeto foi dada pelo Conselho de Ministros³³ e constata na autorização nº249/2009 incluindo o investimento bem como o direito de uso e aproveitamento de um total de 356.000 hectares nas províncias acima mencionadas (Portucel Moçambique, 2016: 41).

³² Direito de Uso e Aproveitamento da Terra autorizado pelo Conselho de Ministros de Moçambique.

³³ A instância de aprovação de pedidos de DUAT em Moçambique depende do tamanho da área pretendida. Mais informação sobre este processo segue no capítulo III.4.1.

As atividades florestais da Portucel Moçambique são divididos em cinco fases³⁴. A primeira fase constitui num estudo preliminar das áreas que incluiu nomeadamente a caracterização socioeconómica e a delimitação das parcelas. A segunda fase foi dedicada à obtenção dos DUATs que foi concluída com a aprovação do projeto de investimento. Em seguida começou a terceira fase de atividades nomeadamente a preparação do terreno para permitir o início das atividades cruciais do projeto, a colocação de plantas. A quarta fase da intervenção diz respeito à colocação das plantas de eucalipto incluindo a fertilização, a plantação e os tratamentos fitossanitários. A quinta e última fase vai ser a mais demorada, como é a fase de manutenção e conservação das plantações florestais. Esta fase pretende controlar, tratar, manter e fertilizar as plantas, incluindo a limpeza dos matos. Após da conclusão de um ciclo de oito anos o eucalipto vai ser abatido e recheado para ser transportado para a unidade fabril que dará início a produção de pasta de papel. Os mesmos matos voltam a ser florestados para o próximo ciclo (Impacto, 2014: 64).

A Portucel Moçambique pretende estabelecer uma base estável para o negócio através da constante atenção para os fatores circundantes e um desenvolvimento sustentável não só na região, mas de Moçambique como um todo. Estes fatores descrevem qualquer forma de impacto, seja positivo ou negativo, que resulte da presença do projeto e da Portucel em Moçambique. A administração do projeto tenciona considerar qualquer crítica ou sugestão de todos os stakeholders e partes interessadas do mesmo.

A preocupação ambiental do projeto mostra-se na abordagem escolhida e também corresponde aos valores promovidos e aplicados pela The Navigator Company³⁵. Além da investigação de plantações piloto, a Portucel Moçambique intenta ter em conta qualquer prejuízo que possa resultar do trabalho nas restantes áreas. Por esse motivo, a Portucel Moçambique pretende apoiar não só a agricultura local mas garantir um acesso seguro à alimentação para as comunidades locais. Igualmente importante mostra-se na prevenção de incêndios florestais e a proteção das matas. Os capítulos sobre a gestão florestal e as comunidades locais vão investigar estes temas mais aprofundadamente, considerando os estudos já feitos sobre impactos ecológicos, solos, hidrografia etc. pelo grupo que descreve a filosofia da intervenção da seguinte forma:

“De um modo geral, a implantação de projetos florestais é tida como um contributo de grande importância para a recuperação e aproveitamento de vastas áreas do meio rural contribuindo assim para o desenvolvimento económico local e nacional, propiciando ainda o estabelecimento duma nova indústria no país, a da produção de pasta e papel.” (Portucel Moçambique, 2016: 47).

Além do pilar económico e ambiental, a Portucel Moçambique também se concentra no desenvolvimento social das zonas adquiridas pelo DUAT. Não só pretende melhorar as condições de vida por melhoria de infraestruturas e apoio agrícola, mas também por integração das comunidades

³⁴ As cinco fases florestais do projeto são resumidos na tabela em anexo D.

³⁵ Para mais informações consulte Navigator, 2018: 27.

no planeamento e na execução do projeto, prevenindo conflitos entre os diferentes grupos de interesse e fomentando uma relação de confiança.

Intenciona-se estender os impactos positivos nas zonas e comunidades circunstantes do projeto. Através da participação pública das comunidades pretende-se não só evitar conflitos, mas ter uma política de inclusão de todas as partes interessadas e afetadas. Igualmente ocorreram reuniões de consulta pública desde o início da Portucel Moçambique, para garantir uma implementação transparente e que acompanhasse a avaliação do impacto ambiental.

Antes da iniciação do projeto no terreno, foi realizada uma avaliação de impacto da intervenção, que por sua vez, foi resumida num relatório específico para as zonas em Manica e um segundo para as zonas na Zambézia. A investigação antecipada do projeto faz parte do acordo entre a empresa e o Estado moçambicano, permitindo uma monitorização da Portucel Moçambique desde o seu início, assegurando que os acordos entre as partes interessadas são respeitados.

III.4.1 O Acesso ao terreno através do Direito de Uso e Aproveitamento da Terra

Nos tempos das descobertas e colonizações, eram os Estados que tinham interesse em expansão. Com fronteiras bem definidas, e só em poucas ocasiões alteradas durante o século XXI, os Estados modernos jamais procuram expandir os seus terrenos nacionais. Ficando esclarecido que o impreterível de crescimento, hoje em dia, é a economia nacional e internacional.

Desde 2008 que assistimos a uma nova corrida à procura de expansão empresarial através de aquisição de propriedades agrícolas e acesso a terra para construção. No caso específico do hemisfério sul ainda existem vastas zonas não comercializadas, que se pretende adquirir para aumentar as possibilidades de crescimento económico das empresas enquanto ainda houver espaço para uma expansão física. Esta corrida de empresas internacionais acelerou durante os últimos dez anos indicando uma grande importância de terra. Como anteriormente referido, também a execução do projeto da Portucel Moçambique estava dependente de acesso a terra (Portucel Moçambique, 2016: 26).

Em Moçambique toda a terra pertence ao Estado sendo um bem público, impedindo a venda de terrenos a entidades privadas nacionais e estrangeiras. Porém, o Estado moçambicano reconhece a importância de investimento privado no país, “Em Moçambique a legislação sobre terras permite o investimento privado e os retornos económicos que daí podem advir para o investidor.” (ACIS, 2012: 5). O acesso a terra e a regulação do mesmo é crucial uma vez que “Secure ownership provides an enabling environment for economic and productive growth and provides producers with the confidence to invest in the long-term betterment of their land.” (Amanor, 2008: 4).

A importância de terra e o acesso à mesma para o Estado moçambicano resultou na legislação para a sua organização e distribuição através do “Direito de Uso e Aproveitamento de Terra”, abreviado

como DUAT. Este direito é dado dependendo do tamanho da área, e carece de análise individual a cada entidade privada que pretenda usufruir de terra moçambicana de qualquer forma, seja para a habitação e agricultura das comunidades locais ou para projetos de investimento. O DUAT existe para regular e controlar o uso de toda a terra moçambicana através da Lei das Terras (ACIS, 2012: 12).

A aquisição de terra através da Lei de Terras reconhece 3 formas, sendo só uma válida também para estrangeiros. Esta lei prevê uma “autorização de [um] pedido apresentado ao Estado” (ACIS, 2012: 13) que deve ser validado e autorizado pela entidade responsável para cada área referente a sua largura³⁶ excluindo áreas protegidas da possível autorização para um período máximo de 50 anos renováveis (ACIS, 2012: 13).

Existem processos distintos para uma autorização provisória e definitiva do DUAT. Enquanto o DUAT garante o acesso ao terreno, e assim sendo a base fundamental para qualquer atividade económica, “a obtenção do DUAT não permite ao titular empreender a actividade económica proposta no pedido de DUAT. As licenças pertinentes [...] também devem ser obtidas” (ACIS, 2012: 14).

O processo de obtenção da autorização para o uso de terra em Moçambique pode ser resumido da seguinte forma: a entidade com interesse na obtenção expressa do mesmo, tem que revelar o interesse em iniciar o processo de autorização provisória, em seguida e uma vez autorizada deve ser seguida pelo processo de demarcação do DUAT. Por fim, o processo pode então ser obtido no DUAT em definitivo, que contém uma vistoria pré-autorizada dos DUAT’s, no qual, segue um relatório que confirma a continuidade do processo (ACIS, 2012: 29-38).

Uma das fases mais importantes para as comunidades locais, é a fase após qualquer pedido de obtenção de um DUAT, sendo que antes de qualquer outro passo, são consultadas todas as comunidades locais dos distritos em questão, respeitando o facto de que são as partes diretamente afetadas. A consulta é sempre feita para cada província, na qual o pedido de DUAT é efetivado, prevê também que todas as partes interessadas têm o direito de participar, incluindo obrigatoriamente a entidade que revelou o desejo efetivo de DUAT, onde consta a responsabilidade para o financiamento da mesma, incluindo o transporte das comunidades locais para o local da consulta (ACIS, 2012: 17-18).

Uma vez concedida uma autorização, o termo de uso da terra, não pode ser alterado sem nova autorização. Igualmente, um DUAT só pode ser prolongado, uma vez os termos acordados estejam respeitados durante a primeira utilização definitiva, que no caso do estudo, o período é de 50 anos (ACIS, 2012: 21).

³⁶ “[...] o Governo Provincial autoriza DUAT’s para áreas inferiores a 1000 hectares; o Ministro da Agricultura autoriza DUAT’s para áreas entre 1000 e 10000 hectares; o Conselho de Ministros autoriza DUAT’s para áreas superiores a 10000 hectares.” (ACIS, 2012: 13).

Após as investigações preliminares intensivas que tiveram início em Novembro de 2007, com o objectivo de determinar a terra adequada para as intenções do projeto, foram então escolhidas as localizações que deveriam ser consideradas pelo Conselho de Ministros de Moçambique para a constituição do DUAT por parte da Portucel Moçambique. Estas autorizações de uso da terra têm uma validade de 50 anos com a possibilidade de renovação (Portucel Moçambique, 2016: 35-36). Na Zambézia 173.000 hectares foram atribuídos para o uso da Portucel Moçambique, localizadas em 3 dos 22 distritos da província em Dezembro 2009. Só dois anos mais tarde, já no final de 2011, também na província de Manica com um total de mais de 183.000 hectares, que foram distribuídos em 5 dos 12 distritos³⁷, atribuídos igualmente à Portucel Moçambique (Portucel Moçambique, 2016: 41).

Relativamente às parcelas atribuídas, a Portucel Moçambique comprometeu-se em estabelecer o seu negócio florestal integrado, em clara harmonia com as comunidades locais, objectivo este previsto pela Lei de Terras.

III.4.2 A preparação e implementação do Projeto

O início de qualquer projeto é a transformação de uma ideia para um planeamento que permita definir e atingir os objectivos de forma mais efetiva e eficaz. Neste caso, a Portucel Moçambique criou-se em várias fases principais.

Na fase da plantação florestal, que tem fins industriais, os mesmos devem ser atingidos de um modo sustentável. Para tal, a Portucel Moçambique, vai cumprir com um conjunto de regras que visam otimizar o uso dos espaços florestais e acrescentar valor para sociedade como um todo. A criação será feita de uma forma progressiva ao longo de 12 anos, de forma a permitir a partilha do espaço e dos benefícios. A floresta será criada em espaços que as comunidades e famílias considerem adequados.

A médio prazo, também é objetivo alcançar as certidões internacionais FSC³⁸ e PEFC³⁹ que foram alcançadas a nível nacional em Portugal pela The Navigator Company⁴⁰.

Existe igualmente o objectivo claro, de criar e gerir florestas comunitárias que poderão fornecer às comunidades, fontes sustentáveis de energia e materiais de construção, reduzindo as práticas menos sustentáveis que permitam ajudar na redução de riscos dos possíveis incêndios na região (Impacto, 2014: 25).

³⁷ Ver anexo C para mapa com localização exacta das parcelas adquiridas nos dois estados moçambicanos.

³⁸ Forest Stewardship Council®

³⁹ Program for the Endorsement of Forest Certification schemes™

⁴⁰ Código de licença de uso do FSC® : FSC C010852 ; Código de licença de uso do PEFC™ : PEFC/13-23-001

Constando ainda numa fase de planeamento do projeto, datado de 2014, a Cooperação Financeira Internacional (IFC) adquiriu 20% do capital. Além do investimento financeiro do IFC na Portucel Moçambique, um dos principais objetivos desta colaboração é o serviço de aconselhamento e partilha de boas práticas pelo IFC para apoiar e aumentar a gestão sustentável das florestas e da intervenção.

III.5 Os três grandes pilares do projeto

A The Navigator Company com a sua subsidiária Portucel Moçambique definiu a intervenção, que teve início em 2009, como um projeto florestal integrado e inclusivo. Para perceber os fatores que fazem do projeto florestal, uma intervenção integrada e inclusiva, este capítulo vai introduzir as várias áreas de atuação da Portucel Moçambique. Numa primeira parte vai descrever a gestão florestal, os aspectos ambientais e sociais associados com a floresta, esclarecendo ainda a função dos viveiros, que assumem um papel importante no projeto florestal integrado. A segunda parte vai introduzir as duas fontes industriais para a criação de lucro por parte da Portucel Moçambique. A última parte do presente capítulo vai delinear o envolvimento do projeto no desenvolvimento social do grupo.

III.5.1 A gestão do pilar florestal do projeto

Uma vez assumida a clara necessidade de expansão física da The Navigator Company, sendo a razão principal pela qual foi fundada a Portucel Moçambique, a parte florestal do projeto representa o cerne do mesmo. Com o objectivo assumido para a criação de viveiros florestais e a plantação de eucalipto, para obter o acesso ao recurso fundamental da produção de pasta de papel. A espécie seleccionada foi o híbrido de eucalipto para as plantações em Moçambique, o *eucalyptus urugrandis*⁴¹ (Portucel Moçambique, 2016: 39).

A primeira fase, onde está incluída a parte florestal da intervenção em si, iniciou-se em 2007 com o estudo preliminar das áreas e parcelas, estudo esse que pretendia determinar as zonas que seriam mais adequadas para em seguida solicitar as mesmas ao DUAT. Este estudo apresenta de forma clara a caracterização socioeconómica e a delimitação das parcelas. Também o parceiro RAIZ⁴² ofereceu o seu contributo na investigação do terreno, tendo assumido um papel de extrema importância na identificação das plantas com a genética mais adequada para o projeto (Impacto, 2014: 34).

⁴¹ “A *Eucalyptus urograndis* é um híbrido que atinge grande porte, podendo chegar a uma altura de 45 a 55 metros. O tronco é alto e recto se a árvore estiver inserida num povoamento florestal. A casca varia de acordo com a humidade mas geralmente é lisa e fibrosa, de cor castanha. As folhas são persistentes e têm forma e aspecto diferente conforme a fase de crescimento: juvenil ou adulta.” (Portucel Moçambique, 2016: 39).

⁴² Instituto de investigação da Floresta e do Papel, fundado em 1996 em Portugal.

Os estudos preliminares concebidos, ainda antes do início da plantação, serviram para identificar os principais impactos negativos que a intervenção poderá criar nas zonas adquiridas ao DUAT. Foram identificados os riscos não só num nível ambiental ou biofísico, mas também ao nível socioeconómico. A parte socioeconómica será o foco do capítulo III.5.3, uma vez que o foco principal neste capítulo é o pilar florestal do projeto, serão considerados os principais impactos biofísicos identificados. Nomeadamente a alteração ou a perda de habitat natural e da biodiversidade, terão o seu reconhecido valor, bem como o excessivo consumo de água para a rega das plantas e o aumento do risco de incêndios florestais e rurais, estes fatores são considerados os riscos-chave que resultam da florestação industrial (Impacto, 2014: 525). Com a possibilidade destes impactos negativos, é assumida a clara intenção de reduzir os respectivos riscos o mais possível, trazendo-os a um mínimo desejado, ao mesmo tempo que pretende alavancar os principais impactos positivos, que possam resultar do projeto florestal integrado da Portucel Moçambique.

Enquanto os relatórios ambientais internos e externos não identificaram a plantação do eucalipto como um risco ambiental de valor, é inegável a existência de múltiplas críticas públicas em relação a esta espécie. Surgiram também questões relativas à possibilidade de utilização de outras espécies como por exemplo a *Faldherbia*⁴³, que não foi selecionada como uma possível alternativa mais sustentável, que traga menos riscos inerentes e com menos impactos negativos para outras espécies naturais presentes. A razão mais óbvia pela escolha do eucalipto deve-se não só ao rápido crescimento da planta, como também ao facto de ser reconhecida como uma espécie que possibilita a produção de papel de elevada qualidade, devido a sua estrutura natural (Portucel Moçambique, 2018¹). Adicionalmente, a escolha recai possivelmente no eucalipto pela experiência e capacidade reconhecida da The Navigator Company na florestação e gestão da espécie.

Foi igualmente importante para a Portucel Moçambique (2018¹), esclarecer alguns dos pontos considerados críticos relacionados com a escolha do eucalipto, uma vez que esta escolha não é considerada um risco ambiental. Primeiro, o eucalipto é uma planta bastante eficiente quanto à utilização da água, uma vez que consegue armazenar excedentes de água para os períodos mais secos. Por esse motivo, o eucalipto em vez de consumir mais água que as outras espécies, consegue ultrapassar com maior facilidade as fases de aridez. Segundo, existe a convicção que o eucalipto consome mais nutrientes que outras plantas, esgotando a capacidade do solo para nutrir outras espécies, no entanto, é um facto que o eucalipto sazonalmente devolve aproximadamente 80% dos nutrientes ao solo no período em que se dá a queda das folhas e cascas. Por último, considera-se o eucalipto uma planta tóxica para a coexistência com outras plantas, que põem a biodiversidade em causa. De facto existe uma substância balsâmica nas folhas do eucalipto, mas apesar de não serem tóxicas, estas substâncias começam por desmaterializar no momento da queda (Portucel Moçambique, 2018¹).

⁴³ Árvore com origem no continente africano, conhecido por compatibilidade com atividades agrícolas entre outros vantagens.

Estes dados pretendem apenas defender o uso do eucalipto, abstendo-se da necessidade de considerar a problemática geral de uma plantação em grande escala. Perante os problemas acima mencionados, que se referem diretamente, ao uso específico do eucalipto, a Portucel Moçambique falha em considerar e contextualizar os possíveis riscos e impactos negativos de uma plantação industrial que aposte exclusivamente numa monocultura geneticamente alterada.

Ainda que o eucalipto não consuma mais água que outras espécies, não podemos ignorar o facto que são necessárias grandes quantidades de água para a rega, é imperativo perceber que essas necessidades, não terminam com as plantações mas também a necessidade de capacitar os viveiros da empresa é inegável. Os gráficos do Relatório Ambiental e Social 2015 (Portucel Moçambique, 2016) estimam um uso anual de aproximadamente dois mil metros cúbicos, mas este valor exclui a rega, como o próprio relatório admite. Só o viveiro de Luá, estima ter consumido mais que 40 mil metros cúbicos de água retirados do rio local, somente nos últimos quatro meses do ano 2015. Considerando que a Portucel Moçambique gere vários viveiros e atualmente detêm mais de cem mil hectares de floresta plantada, os valores reais do consumo de água da empresa excedem os valores tabeladas no relatório por milhares de metros cúbicos (Portucel Moçambique, 2016: 80). O impacto real para os níveis de águas subterrâneas é desconhecido e difícil de calcular sem o acesso real aos níveis de consumo de água.

Relativamente ao segundo e terceiro ponto, onde indicam que o eucalipto não consome mais nutrientes, nem impede a capacidade do solo para nutrir outras plantas, há no entanto outras vezes que confirmam, que uma plantação de monocultura desequilibra o solo e impede a biodiversidade. Ainda que a Portucel Moçambique tenha a intenção de preservar “áreas com elevado valor ambiental”⁴⁴, as monoculturas vão cobrir dois terços da terra adquirida, deixando de parte qualquer possibilidade de biodiversidade de plantas, o que subsequentemente reduz também o número de insetos e outros animais (Portucel Moçambique, 2016: 81). A Portucel Moçambique afirma que vão permanecer zonas “com a sua vegetação natural”⁴⁵, o que está facilitado pelo facto que dentro das parcelas aprovadas através do DUAT existem áreas que não possibilitam a plantação florestal, como por exemplo “[...] zonas de afloramentos rochosos [...] e áreas com algum declive, propensas à erosão do solo [...]” (Portucel Moçambique, 2016: 81).

A segunda fase foi dedicada à obtenção das parcelas anteriormente identificadas na Zambézia. Em 2009 o pedido do uso e aproveitamento de terra foi aprovado pelo Conselho de Ministros de Moçambique, clarificando o caminho para a fundação da Portucel Moçambique, que teve lugar ainda no fim do mesmo ano, Dezembro 2009 (Justiça Ambiental, 2016: 6).

Em seguida, a terceira fase, constitui a preparação do terreno nas parcelas adquiridas e o lançamento de um segundo pedido de autorização de DUAT para mais parcelas em Manica, sendo

⁴⁴ Portucel Moçambique, 2016: 81.

⁴⁵ Portucel Moçambique, 2016: 81.

este atribuído à Portucel Moçambique em 2011. No mesmo ano iniciaram as primeiras atividades da empresa, por exemplo na zona de Socone em Zambézia (Justiça Ambiental, 2016: 7).

A quarta fase representa um dos passos mais importantes para a jovem Portucel Moçambique, uma vez que consiste do início da plantação florestal. Para tal, é necessário preparar os solos nas áreas pretendidas para a plantação, tal como a criação de clones que em seguida possam ser transportados e plantados (Portucel Moçambique 2016: 39). Já nesta fase, ao longo da implementação da intervenção, uma parte intrínseca do pilar florestal do projeto, é o viveiro de Luá que foi inaugurado ainda em 2009, junto com vários outros viveiros adicionais que estão todos localizados nas parcelas atribuídas pelo DUAT. Estes viveiros de plantas clonais de eucalipto, pertencem também à Portucel Moçambique e fornecem mais de 12 milhões de plantas clonais por ano para as plantações florestais (Portucel Moçambique, 2016: 39).

A criação de clones levanta questões adicionais uma vez que são plantas geneticamente alteradas para serem mais resistentes ao clima e aos insectos, levando a alterar a composição da madeira ou o ciclo de crescimento natural, acelerando o mesmo. Assim como qualquer outra planta geneticamente alterada, os possíveis impactos não permanecem no local da plantação, uma vez que o vento, a água e os animais inevitavelmente propagam as sementes e o pólen.

Além dos possíveis riscos inerentes ao uso de mudas geneticamente alteradas, que não aparentam ser uma preocupação presente nos relatórios ambientais da Portucel Moçambique, a experiência mostra que florestas de eucalipto agravam os riscos de incêndios e aceleram a expansão do fogo em caso de incêndio. Considerando experiências passadas, esta realidade é conhecida pela The Navigator Company, uma vez que já perdeu grandes volumes de matéria prima em resultado de incêndios em Portugal, país de origem da empresa, além de inúmeros outros danos causados pela propagação rápida de fogo.

A quinta fase do projeto, é a fase mais demorada, pois é definida pela manutenção e conservação contínua das plantações florestais de uma forma sustentável a longo prazo. Segundo a ILO⁴⁶ (2012), uma gestão florestal sustentável tem dois componentes-chave, ou seja, “[...] sustainable harvesting methods and effective regeneration, which deliver socio-economic benefits and environmental services, such as soil and water protection and carbon mitigation, while preserving the productive capacity of forests.” (ILO, 2012: 40). O arranque das primeiras plantações foi definido para 2015, prazo que foi cumprido. O ciclo previsto de corte das plantas é de oito anos, esperando-se a primeira grande fase de corte em 2023 permitindo então o arranque da produção fabril, nesse mesmo ano (Impacto, 2014: 524).

Sendo claro que a quinta fase é a criação de valor na floresta industrial, compromisso assumido pela Portucel Moçambique para o projeto a longo prazo, a mesma, será organizada em três componentes.

⁴⁶ Organização internacional de trabalho que pertence a ONU. Em inglês chama-se “International Labour Organization”.

O primeiro componente é a criação dos clones desenvolvidos pela RAIZ nos viveiros. O segundo componente da cadeia é o tratamento e transporte dos mesmos até as parcelas florestais onde serão plantadas, este processo encontra-se otimizado pela proximidade entre os viveiros e as plantações, que compõem entre outras, as vantagens por proximidade (Portucel Moçambique, 2016: 39).

O terceiro elemento é a gestão sustentável da floresta. As florestas são geridas com base nas boas práticas da The Navigator Company que se encontram implementadas nas restantes florestas pertencentes à empresa, não só em Portugal, onde já foi obtido o certificado FSC®. As boas práticas incluem também a redução de riscos associadas às atividades florestais, particularmente a gestão de fogos (Portucel Moçambique, 2016: 34). Também para as florestas em Moçambique, a The Navigator Company ambiciona obter o certificado FSC®.

Ademais das boas práticas sugeridas pela comunidade internacional, ONGs ou certificados internacionais; qualquer plantação requer o aproveitamento de terra fértil que poderá ser usada de outra forma, que não numa plantação monocultural.

Além da floresta industrial, a Portucel Moçambique pretende criar áreas para florestas comunitárias, que permitam fornecer às comunidades locais, materiais de construção, como a madeira, ou outros bens naturais. Com as respectivas florestas pretende-se também facilitar o acesso a fontes sustentáveis de energia às comunidades. Com a criação destas florestas comuns, ficará assegurada a vontade do projeto em trazer valor acrescentado para a região, facto que ainda não é possível confirmar (Portucel Moçambique, 2016: 41).

III.5.2 O pilar industrial do projeto: A produção de pasta de papel e energia

A parte industrial do projeto florestal integrado representa a base económica do mesmo. A produção de pasta de papel e geração de energia com base em biomassa, a partir de 2023, representa a forma efectiva para a criação de lucros.

Este elemento, é o único pilar do projeto que ainda encontra-se na fase da implementação, uma vez que a fábrica ainda não arrancou com a produção. Consequentemente, mais do que construção física das instalações fabris, o arranque depende da disponibilidade do recurso primário. Como indicado no capítulo anterior, o corte das plantas é realizado com o cumprimento estabelecido de um período de oito anos de intervalo, sendo por esta altura do conhecimento que a primeira geração foi plantada em 2015, o que permite calcular que o primeiro corte será efectuado em 2023, que consequentemente permite o arranque fabril em virtude do fornecimento dos recursos.

Porém a ILO (2012: 111-112) afirma que acesso adequado a energia (de origem renovável) continua a ser um dos desafios principais em regiões menos desenvolvidas. Este problema está não só relacionada com o uso da energia mas também com a possibilidade de criar emprego no sector. Neste caso, o sector deveria ser apoiado pelo Estado, uma vez que ambos os fatores são importantes para

o desenvolvimento. No caso da Portucel a energia será produzida através de biomassa, técnica identificada como sustentável uma vez que é criada com recursos renováveis. Deste processo, é esperada a criação de postos de trabalho adicionais na região.

A unidade fabril da Portucel Moçambique é esperada que permita gerar um lucro que rapidamente permita recuperar os cerca de 2300 milhões de dólares⁴⁷ que serão investidos no projeto integrado até a inclusão da fábrica no país (Portucel Moçambique, 2016¹). Já no primeiro ano é esperado que a componente fabril crie bens para exportação no valor de 1000 milhões de dólares anuais. Caso o sucesso da mesma seja alcançado, significaria uma rápida recuperação do investimento prévio efectuado no projeto.

III.5.3 Desenvolvimento Social e a Portucel Moçambique

Para um projeto do âmbito florestal a responsabilidade corporativa é fundamental, não só por uma conduta sustentável em termos ambientais, mas também os contextos sociais são importantes para garantir o sucesso e a continuidade da intervenção. Assim, uma parte intrínseca do projeto florestal integrado da Portucel Moçambique é um desenvolvimento social, que não inclua só das partes interessadas e diretamente afectadas mas da sociedade moçambicana em geral, porque considera-se “[...] um projeto com elevados benefícios sociais e económicos” (Portucel Moçambique, 2015: 34). Este capítulo pretende identificar os benefícios claros e os impactos que o projeto tem para a sociedade moçambicana⁴⁸.

Além das boas práticas ambientais e sociais que a Portucel Moçambique pretende integrar no projeto florestal, a empresa intenciona promover a confiança entre as comunidades locais por existir uma clara e transparente gestão, no planeamento e nas atividades da intervenção. As próprias comunidades usufruem do facto de estarem envolvidas através da possibilidade de consultas públicas e a publicação por parte da empresa dos valores de consumo relativos aos recursos naturais (Portucel Moçambique, 2016: 80).

O envolvimento das comunidades locais no planeamento da intervenção é mais um elemento fundamental na execução do projeto, uma vez que prevê a consideração das necessidades de pessoas que vivem nas zonas onde o projeto está inserido, ao mesmo tempo que permite identificar o potencial de desenvolvimento na região. Enquanto o DUAT prevê obrigatoriamente que as comunidades locais sejam envolvidas, a Portucel Moçambique definiu o envolvimento e desenvolvimento social como uma componente importante da intervenção. Como tal foi criado o

⁴⁷ Os valores de investimento pela Portucel Moçambique geralmente são indicados em dólares americanos para permitir a contextualização internacional, uma vez que é comum comparar o valor da moeda local com dólares em vez da moeda local. No caso de Moçambique, a moeda chama-se Metical, e um dólar é equivalente com aproximadamente 60 meticais.

⁴⁸ Neste trabalho considera-se que, também um desenvolvimento social numa zona distinta impacta a sociedade toda, uma vez que melhorias locais impactam positivamente a sociedade em si.

sistema de gestão de comunicação com as comunidades (GCC) e o programa de desenvolvimento social (PDSP).

Para garantir o sucesso da intervenção e reduzir os riscos, é fundamental analisá-los de forma a que não possam impedir ou dificultar a execução do mesmo. A harmonia entre a Portucel Moçambique e as comunidades locais reduz os potenciais conflitos que permitam colocar o projeto em causa. Este facto demonstra que além dos requisitos do DUAT, existe uma ligação forte com a componente social. É importante realçar que existem notáveis vantagens estratégicas para a Portucel Moçambique no envolvimento da intervenção com o desenvolvimento social das comunidades locais uma vez que estes permitem reduzir riscos de conflitos entre ambos.

Nos trabalhos preliminares do projeto foram realizados estudos de impacto onde foram concretizadas consultas públicas, com o objectivo de informar a população dos DUATs, esclarecendo os planos da intervenção, assim como, definir as necessidades locais e ganhar uma percepção das principais preocupações das comunidades locais e todas as outras partes interessadas, sejam direta ou indiretamente afetadas. Várias consultas⁴⁹ públicas foram impreterivelmente efectuadas⁵⁰. Enquanto nesta fase participaram aproximadamente 5000 pessoas, mais 6800 pessoas foram alcançadas nas consultas públicas no âmbito dos estudos de impacto que seguiram à inauguração da Portucel Moçambique (Portucel Moçambique, 2016: 65).

Estas consultas e estudos permitiram identificar potenciais riscos e impactos negativos tal como clarificar as oportunidades de desenvolvimento e criação de impactos positivos na sociedade, na economia e no ambiente. Percebeu-se como estas atividades, que as comunidades locais esperam que a Portucel Moçambique traga impactos positivos para as regiões de implementação do projeto, no entanto, as comunidades locais revelaram estar preocupadas com os possíveis impactos negativos que possam resultar na vida das vulneráveis sociedades dos locais da execução (Impacto, 2014: 30-32; Impacto, 2014¹: 28-30).

No âmbito dos estudos preliminares foram identificados impactos negativos que o projeto florestal integrado poderá ter nos seus locais de execução. Neste contexto a Impacto (2014) destacou os seguintes pontos como possíveis impactos negativos da intervenção: “A perda de biodiversidade; A alteração ou perda de habitats naturais; Emissões de carbono e outros gases do efeito de estufa; Modificação do valor estético; e Perda de serviços de ecossistemas.” (Impacto, 2014: 546). Ao mesmo tempo foram destacados os seguintes impactos positivos que o projeto poderá ter: “Criação de oportunidades de emprego e condições de trabalho; Diversificação de estratégias de sobrevivência e criação de oportunidades de pequenos negócios locais; Desenvolvimento e melhoria de infra-estruturas; Valorização dos recursos naturais; Dinamização da economia local, regional e nacional; Aumento das receitas fiscais do Estado.” (Impacto, 2014: 548).

⁴⁹ Na zona do estudo efectuado pela Justiça Ambiental (2016) quase 90% dos inquiridos confirmaram que houve pelo menos uma consulta pública que atenderam (Justiça Ambiental, 2016: 12).

⁵⁰ As questões principais levantadas pelas comunidades na fase preliminar foram relacionadas com benefícios sociais, emprego e cedência de terra (Impacto, 2014: 35; Impacto, 2014¹: 26).

Após ter recebido informação relativa às dificuldades das comunidades locais com o recém criado projeto da Portucel em 2011, representantes da ONG Justiça Ambiental foram visitar uma das primeiras zonas de execução na região de Socone no verão 2012. Seguiram-se várias visitas nos seguintes anos e o desenvolvimento de um estudo de impacto da Portucel em Moçambique foi publicado em 2016. Este estudo chegou à conclusão que a Portucel Moçambique conduziu consultas públicas na zona investigada, confirmam também 89% dos inquiridos das comunidades locais (Justiça Ambiental, 2016: 11).

É importante considerar que as consultas públicas foram conduzidas apenas em português, dificultando a comunicação e percepção das comunidades locais, uma vez que como já referido, nem um quarto da população moçambicana considera o português a sua língua materna. O uso de linguagem profissional e técnica, vieram complicar o entendimento ainda mais. Dessa forma, 70% dos entrevistados pela equipa *JA!* indicaram que não perceberam os conteúdos das consultas públicas (Justiça Ambiental, 2016: 12).

Além da preparação dos habitantes locais nas parcelas da Portucel Moçambique que deixaram muitas dúvidas e receios, a comunicação contínua entre as partes interessadas é considerado uma estratégia importante para reduzir conflitos locais entre outros potenciais riscos. A GCC é um dos processos integrados no projeto, onde a Portucel Moçambique conta com a ajuda da IFC por forma de recomendações e partilha de perícia. Nos poucos anos em que a empresa está presente no país foram criados mecanismos que pretendem permitir uma comunicação contínua entre as famílias que rodeiam Portucel Moçambique e a administração do mesmo, com o objectivo de garantir o envolvimento de todas as partes envolvidas. Adicionalmente existem equipas formadas e dedicadas à comunicação contínua.

Uma forma de assegurar a comunicação contínua é a gestão de reclamações, que possibilita a transmissão de qualquer descontentamento ou reclamação. Assim como também prevê a possibilidade de uma queixa anónima, através da página online do projeto⁵¹, onde está facilitada a apresentação de uma reclamação direta com a própria equipa de comunicação social da Portucel.

No ano 2015, uma grande parte das reclamações registadas eram relacionadas com os pagamentos de salários, uma vez que existem dificuldades de pagamento, em virtude da ausência de uma conta bancária por parte de um determinado número de trabalhadores. Através deste mecanismo, ficou explícita a facilidade de comunicação deste problema, que facultou a adaptação dos pagamentos, no entanto só considera a resolução de problemas para as pessoas que já trabalham para a empresa.

O programa de desenvolvimento social da Portucel Moçambique foi iniciado em maio 2015. Com o PDSP, a Portucel compromete-se em garantir o desenvolvimento económico e social nas zonas da intervenção e para tal foca-se em três componentes, “[...] a inclusão, a sustentabilidade, o respeito mútuo e o compromisso” (Portucel Moçambique, 2016: 70).

⁵¹ Disponível em: <http://www.portucelmocambique.com/Contactos> [Acedido em 21/09/2018].

A duração mínima prevista do projeto é de 50 anos, período que resultará no termino do DUAT que a Portucel Moçambique obteve. O programa de desenvolvimento social é suposto decorrer em paralelo com o projeto florestal integrado, com a variação de intensidade ao longo da sua existência, reduzindo a importância do fator tempo para este pilar da intervenção. Os objectivos a longo prazo podem não ser unicamente encaminhados, mas acompanhados durante as primeiras décadas, aumentando a probabilidade de sucesso do programa.

Durante este período, é clara a intenção de atingir um desenvolvimento nas regiões do projeto com três objectivos principais. O primeiro objectivo é o de garantir segurança alimentar e a criação de riqueza nas comunidades locais. Para atingir este objectivo, a Portucel Moçambique pretende criar o programa “Uma comunidade, uma floresta” a fim de garantir os passos necessários para alcançar este objectivo (Portucel Moçambique 2016: 71).

O segundo objectivo será o desenvolvimento de oportunidades para que as comunidades possam crescer economicamente. A inclusão de negócios locais e a promoção de “culturas de rendimento” serão a chave para a concretização do compromisso (Portucel Moçambique, 2016: 71). Dessa forma a Portucel Moçambique promete a criação de até 7500 postos de trabalho para as comunidades locais. Entretanto não é claro para os moradores nas zonas do projeto quais serão os requisitos para conseguir um posto de trabalho, nem quais as condições de emprego, existindo a ausência de clareza sobre a duração dos contratos ou a remuneração (Justiça Ambiental, 2016: 80-81). Estas entre muitas outras preocupações aumentam o receio das famílias e comunidades relativamente à credibilidade das intenções da Portucel Moçambique.

O terceiro objectivo, é a melhoria do bem-estar das quase 25.000 famílias que vivem nas zonas adquiridas pelo DUAT. Este objectivo irá incorporar o investimento nas infra-estruturas locais, tal como a melhoria de acesso à educação e serviços de saúde. Em termos de saúde o objectivo é melhorar os acessos à água potável e instalações sanitárias (Portucel Moçambique, 2016: 71). Apesar das infra-estruturas serem melhoradas como as ruas e pavimentos entre os viveiros e as plantações, assim como a doação de algum material para a construção ou remodelação de escolas, fica espelhado que o auxílio promovido é insuficiente, chegando em alguns casos apenas a uns sacos de cimento. Porém ainda não foram cumpridas quaisquer promessas de melhoria, uma vez que estas doações não fazem parte do PDSP (Portucel Moçambique, 2016: 75).

Acima do PDSP, a Portucel Moçambique considera a responsabilidade social empresarial na sua atuação. Como tal, foram promovidas várias iniciativas para as comunidades locais que não fazem parte do PDSP, promovendo o apoio à sociedade. Desde o início do projeto, já foram doados materiais para a construção e renovação de um posto policial e várias escolas, igualmente realizaram outras iniciativas como a doação de material de escritório para vários postos dos governos locais (Portucel Moçambique, 2016: 75-76).

Está assim garantido o controlo dos resultados e impactos, por avaliações e monitorizações que serão realizadas com frequência, promovendo e incluindo uma comunicação contínua com as

comunidades locais (Portucel Moçambique, 2016: 72). Desta forma espera-se reduzir drasticamente o risco de conflitos, ao mesmo tempo que permite criar uma convivência agradável para o projeto e para as partes interessadas. A considerar esta ambição o estudo da Justiça Ambiental (2016) nota que:

“É positivo que a empresa reconheça a necessidade de construir uma estratégia clara e funcional de comunicação com as comunidades locais, mas é preciso que seja inclusiva, aberta e transparente e não mais um mecanismo onde somente os líderes mais influentes e os que apoiam o projeto fazem parte, excluindo os contestatários.”
(Justiça Ambiental, 2016: 34).

A Portucel Moçambique ainda não conseguiu cumprir nenhuma das promessas e intenções relativamente às comunidades locais mas está a receber os comentários externos para reavaliar os próprios processos, para tal, a Justiça Ambiental (2016) reforçou a importância de abordagens que realmente incluem toda a comunidade e não só as elites ou líderes.

Capítulo IV – A relação entre o projeto da Portucel Moçambique e o conceito de desenvolvimento sustentável

Contudo, é claro que ao longo das décadas têm existido aspirações em apoiar as regiões menos desenvolvidas no mundo e aproveitar os potenciais das mesmas. Desde organizações não-governamentais, empresas internacionais, governos internacionais entre outros, tem sido possível observar a tentativa de aproximar as suas aspirações em vastas abordagens.

Enquanto o apoio ao desenvolvimento local é muitas vezes referenciado como a principal motivação, é importante realçar que ao longo do tempo percebeu-se que muitas abordagens, que assumiram a pretensão de facilitar o desenvolvimento não resultaram nas melhorias de condições de vida desejadas a longo prazo, algumas não deixam dúvidas que apenas agravam os desafios e os problemas locais.

Desde o início do século XXI, o conceito de “ajuda para a autoajuda” tornou-se cada vez mais popular no contexto de apoio ao desenvolvimento. O sector económico convida e inclui este conceito com o argumento de que uma economia forte permite e apoia o crescimento e desenvolvimento, que subsequentemente resulta em melhores condições de vida.

Grandes cooperativas prometeram o retorno dos lucros para os países, sob a forma de impostos que depois permitiriam aos países investir em infra-estruturas, saúde e educação. Porém, muitas vezes os países de produção e extração, são os que menos ganham com estas políticas, deixando a sensação

de exploração. Em Moçambique, tal como em muitos outros países africanos sub-saharianos, escândalos, como os de “MOZAL”⁵² demonstram este problema de uma forma dramática:

“[...] the Mozal smelter – the biggest private-sector project investment in the former Portuguese colony – has benefited foreign interests much more than the people of Mozambique. The report calculates that foreign investors, governments and development banks have received an average of \$320m (£199m) a year from the smelter, in contrast to the Mozambique government's \$15m. In other words, for every \$1 paid to the Mozambique government, \$21 has left the country in profit or interest to foreign governments and investors.” (Tran, 2013).

O caso da MOZAL não é uma exceção em Moçambique, nem num caso isolado num contexto mais global. Muitas empresas justificam a sua presença no estrangeiro com vastas vantagens para o país de execução e exploração. Curiosamente, também o MOZAL foi apoiado pelo IFC entre 1997 e 2001.

Na realidade existem centenas de empresas multinacionais com lucros excessivos, que impactam os locais de execução negativamente. Um exemplo disso são os impactos ambientais e sociais negativos causados por empresas petrolíferas como a Shell ou a Galp⁵³, tal como empresas no sector da alimentação, onde encontramos o exemplo da Nestlé⁵⁴ ou a Intidex⁵⁵ no sector de têxteis, estes casos servindo apenas para indicar exemplos mais conhecidos internacionalmente (Amanor, 2008¹: 186-187).

Todas estas corporativas, tal como a The Navigator Company, têm algo em comum, divulgam uma imagem de sustentabilidade através de campanhas de responsabilidade corporativa social. De uma forma geral as campanhas são reguladas pelas próprias empresas, que muitas vezes não é conveniente referir os impactos negativos da empresa no local de execução, simplesmente redireciona a atenção pública para pequenas ações voluntárias de apoio local (Amanor, 2008¹: 185). Adicionalmente parece que “While local-level communities are increasingly subject to regulation, the corporate sector is increasingly freed from regulation and encourage to develop self-regulation through corporate social responsibility.” (Amanor, 2008: 10).

Por esse motivo, parece que existem mais exemplos negativos do que positivos, resultando na percepção atual de que a ajuda ao desenvolvimento não consegue ter sucessos sustentáveis nem significativos nos locais da intervenção. Porque os lucros criados não permanecem no país onde a execução foi efetuada, indicando apenas um dos problemas comuns relacionados com investimento

⁵² Empresa de fundição de alumínio com sede no parque industrial de Maputo, Moçambique.

⁵³ Empresas petrolíferas muitas vezes são responsáveis por poluições ambientais e sob-exploração de recursos naturais nos seus locais de extração.

⁵⁴ A Nestlé está repetidamente noticiada por ter impactos negativos no ambiente, nomeadamente pela sob-exploração de água.

⁵⁵ Além dos escândalos relativos às condições de trabalho nas fábricas que fornecem a Intidex, a empresa foi criticada várias vezes pelo uso de químicos nocivos para os trabalhadores, consumidores e o ambiente.

estrangeiro. Neste contexto Amanor (2008) resumio que “Unsustainable development is the product of the nature of the development of capitalism, which results in structural inequities and exploitative relations of production.” (2008: 3).

Num país como Moçambique, com tanto potencial de crescimento e ao mesmo tempo um nível de desenvolvimento tão baixo, depende do retorno de lucros para o próprio país e estratégias de combate à pobreza que prevejam reduzir os problemas. Obviamente a maior responsabilidade é do governo moçambicano que deve criar legislações e mecanismos de controlo para garantir e proteger os interesses do país e dos seus cidadãos. Uma ferramenta-chave para tal é o Direito de Uso e Aproveitamento de Terra, que organiza o terreno nacional que pertence ao Estado na sua totalidade. Legislações adicionais, como a legislação marítima e sobre a exploração florestal, ajudam a regular a economia e o “impacto no desenvolvimento da terra” (ACIS, 2012: 13). Todavia seria importante garantir que os regulamentos e as leis não promovam o acesso empresarial e causem a perda de terra para as comunidades locais como tem sido o caso em muitos exemplos no passado, onde “[...] through the rule of law and the market, [...] these institutions historically intervened within the land question to create a framework for the expropriation of African peasant farmers and for the stabilisation of expropriated land.” (Amanor, 2008: 5).

Enquanto a política está a tentar definir e cumprir regras para a protecção da natureza e sociedade, os intervenientes privados podem e devem considerar a sua responsabilidade, independentemente dos seus deveres, devem expressar a vontade de voluntariamente promover um negócio saudável para todas as partes interessadas, e não apenas gestos de responsabilidade social. O Estado de Moçambique não pode só apoiar investimento para projetos e empresas de produção para exportações, uma vez que o exportado habitualmente significa pouco rendimento para o país exportador. Dessa forma é importante que sejam atraídas empresas que criam valor dentro do país, e não só aproveitam benefícios fiscais (Massingue e Muianga 2013: 132).

O caso de estudo do presente trabalho orienta-se amplamente, nas indicações internacionais e recomendações do IFC, esta orientação visa que a intervenção procure diminuir qualquer impacto negativo para o valor mais baixo possível, ao mesmo tempo que promova os impactos positivos, desta forma, o projeto florestal em Moçambique, deve ir além do romantismo da ideia de seguir as referidas recomendações e apresentar detalhadamente os objectivos, sem incorrer no hábito de prometer sem garantir. A The Navigator Company (2018) afirma “[...] política de Sustentabilidade é composta por um conjunto de compromissos que orienta as nossas decisões, desde logo o compromisso por um desenvolvimento sustentável, entendido como a procura simultânea da prosperidade económica, responsabilidade ambiental e equidade social” (Navigator, 2018). Com esta declaração, surge a necessidade de questionar a própria Portucel Moçambique em relação ao compromisso com a sustentabilidade, seria relevante perceber se a sustentabilidade está a considerar a gestão empresarial, ou algo básico como o consumo de água? Sobre a prosperidade económica, seria do interesse geral perceber se é para a empresa ou para o país? Outro chavão é a equidade social, seria igualmente interessante saber, se prende-se com as populações nas regiões

do projeto, com todas, ou só com as famílias que trabalham para a Portucel Moçambique? Em relação à equidade social, sabe-se que dentro das populações existe uma hierarquia natural como em qualquer sociedade, facto que tem levado ao favorecimento de uma elite que absorve as oportunidades de exploração da terra dos restantes membros (Amanor, 2008: 9). Se para os académicos, é difícil não questionar as intenções das empresas, responsabilizando o fraco sentido de Estado, não podemos esperar que sejam as pobres populações, iletradas e sem condições a enfrentar uma empresa multinacional.

Ao identificar a presença de sustentabilidade no projeto florestal integrado, é importante distinguir entre a sustentabilidade da intervenção e o impacto ao desenvolvimento local de uma forma sustentável. A sustentabilidade do projeto refere-se a uma gestão sustentável que significa a continuidade rentável da intervenção em contextos meramente económicos, e não relacionados com o desenvolvimento sustentável no seu local de execução. Em suma, a utilização do argumento de desenvolvimento sustentável para a Portucel, está relacionada de duas formas: a primeira, fala de uma gestão sustentável que apenas significa lucros, sem compromissos palpáveis e assumidos do que pretende deixar no país ou que valores serão considerados utilizáveis pelo Estado moçambicano para melhorar os índices de pobreza e desenvolvimento do país. Na segunda forma de desenvolvimento sustentável, onde está inserida a componente social, que pretende incluir e apoiar as populações, esta revela algumas lacunas já mencionadas onde as populações aparentam desempenhar um papel de embelezamento da intervenção. No entanto, este cepticismo é fruto de um extenso historial de projetos em África que prometiam muito e nada fizeram. No caso do projeto florestal integrado da Portucel, considerando que estamos ainda numa fase muito prematura do compromisso assumido a cinquenta anos, é quase criminoso deitar a baixo a base sem esperar pelos primeiros resultados.

Ainda que parecer muito inovador, incluir das comunidades locais e a educação das mesmas sobre o projeto, é importante esclarecer que a comunicação e convocatória de consultas públicas é um requerimento imperativo para a obtenção dos DUAT's, o que faz das consultas públicas uma obrigação e não necessariamente uma vontade da empresa. Desta forma Amanor (2008) também afirma que "Community participation does not always promote the interests of the rural poor; frequently it leads to new fields of accumulation through which the resources of rural people are further exploited, controlled and expropriated." (2008: 18).

Todavia, uma boa comunicação e cooperação entre o projeto e as partes interessadas e afectadas pode tornar-se imperativo para possibilitar um desenvolvimento sustentável que permita não só a melhoria das condições da vida para as comunidades e partes interessadas, mas em todos os níveis, sejam estes económicos, sociais ou ambientais. Uma boa comunicação em geral permite a consideração e monitorização de qualquer assunto importante para uma ou mais partes interessadas (ILO, 2012: 54, 180).

Estabelecer uma crítica é sempre importante, independentemente se é uma crítica externa ou interna da parte interessada⁵⁶, uma vez que permite considerar que tipos de abordagens devem ser revistas ou alteradas. Com uma análise construtiva, ou uma crítica, estamos simplesmente a consentir mais transparência, para organizar dúvidas ou falsas assumpções. Adicionalmente, não deve ser assumido que a existência de críticas, ainda que graves, sejam capazes de questionar a honestidade das intenções, garantido ainda que com conhecimento dos objectivos falhados, existe margem para encontrar soluções. Fica importante considerar as más experiências que Amanor (2008¹) resume da seguinte forma:

“Similarly, agribusiness firms expropriate large areas of land in forest areas, which they plant under monocultures. They often destroy local biodiversity, and create landlessness, lack of local food security, and increasing social differentiation and poverty. However they claim to promote environmental and social responsibility by creating community projects alongside their devastating core economic activities.”
(Amanor, 2008¹: 185).

Considerando que o projeto florestal integrado da Portucel Moçambique ainda é bastante jovem, é possível constatar que já entrou no foco dos críticos. Questões sobre a honestidade da intervenção e a verdadeira vantagem para as comunidades locais, dão azo a questionar a própria sustentabilidade das plantações de eucalipto em comparação com as florestas tradicionais, o cepticismo em torno da Portucel Moçambique, questiona inclusivamente o próprio país de execução.

A presença da Portucel em Moçambique, como antes mencionado, não foi uma ideia amadora de expansão, nem seria de esperar que uma empresa de reconhecida dimensão fosse capaz de incorrer em riscos por incapacidade de planeamento ou falta de estratégia. Como já demonstrado nos capítulos anteriores deste trabalho a Portucel Moçambique detém uma competência reconhecida na área e no domínio do sector. Por esse motivo, a estratégia delineada da intervenção é necessariamente sustentada pelos conhecimentos e certezas presentes, que todos os elos do projeto, estão capacitados para objectivamente cumprir os objectivos pretendidos e assim poder retirar o melhor partido da sua execução. “Uma forma de iniciar a exploração, aprendizagem e penetração em novas áreas é integrar cadeias de produto e valor internacionais (regionais, continentais ou mais globais). mas isto só traz vantagens se antes de integrar tais cadeias soubermos onde queremos ir.” (Castel-Branco, 2008: 20).

Dada a vontade da empresa em capacitar as comunidades locais dos recursos necessários para implementar a inovação, a Portucel Moçambique prepara-se para um objectivo concreto, para tal, é necessário que os estudos prévios sobre os impactos, as plantações de eucaliptos e a construção da

⁵⁶ Todas as partes interessadas do projeto florestal integrado identificadas pela Portucel Moçambique são as seguintes: comunidades locais; governo local, regional e nacional; sociedade civil; organizações empresariais; instituições de ensino; instituições de investigação e desenvolvimento; colaboradores e colaboradores ocasionais; ONG; consultoria; média; organismos de certificação; parceiros; empresas; agências internacionais para o desenvolvimento; fornecedores e associações empresariais (Portucel Moçambique, 2016: 65).

unidade fabril estejam assegurados. No entanto, num projeto a longo prazo, não basta criar as condições ou munir os intervenientes de recursos, é necessário jogar num mercado de certezas, onde os pilares que sustentam a base de negócio, sejam capazes de distinguir entre o essencial e o acessório. “Portanto, não basta mobilizar os produtores para produzirem mais ou introduzirem novos produtos. É preciso que essa produção tenha, entre outros fatores, uma base comercial concreta (...)” (Castel-Branco, 2008: 17).

Um dos principais objectivos das comunidades locais em relação ao projeto da Portucel Moçambique é um emprego a tempo inteiro como colaborador efetivo. Sabendo que um emprego fixo permite uma segurança financeira que posteriormente leva a um determinado nível de segurança alimentar, a Portucel Moçambique prometeu até 7500 postos de trabalho, porém seguindo o próprio relatório só teve 226 empregados fixos em 2015 (Portucel Moçambique, 2016:55). Adicionalmente é importante salientar que estima-se cerca de 25.000 famílias nas parcelas da intervenção, significando que nem um terço das famílias tem pelo menos um membro do agregado a aproveitar um dos poucos postos de trabalho previstos. Este facto representa uma grande limitação dos possíveis impactos positivos para as famílias e agregados, uma vez que para estes existiu a esperança de um emprego.

Por sua vez, o Estado moçambicano decidiu que seria importante para o desenvolvimento do país atrair investimento estrangeiro e apoiar o mesmo com incentivos políticos (Justiça Ambiental, 2016: 33). Neste caso é importante o Estado definir prioridades ao combater os maiores desafios nacionais e promover desenvolvimento em múltiplos níveis. Além do estabelecimento de sistemas públicos que apoiam os indivíduos nas suas atividades económicas, o Estado tem o dever de definir prioridades e gerar recursos financeiros para melhorar as infra-estruturas do país para responder de uma forma melhor às necessidades humanas (Castel-Branco, 2018: 16).

Com a análise do projeto florestal integrado da Portucel Moçambique, podemos considerar que estamos perante uma intervenção com potencial, não obstante das tentativas de inclusão social, a intervenção assenta sobre determinados alicerces que perspectivam uma presença da empresa no país. Posto isto, espera-se que a Portucel Moçambique reveja as sugestões para melhorar o seu desempenho sustentável e social. Porém, não podemos ignorar o facto de que estamos perante um contexto empresarial que prevê a obtenção de lucros. Neste caso específico, é necessário esclarecer que a componente social do projeto, está diretamente relacionada com o alcance dos objectivos nos restantes domínios da empresa, “É a primeira empresa no país a declarar um investimento financeiro com o objectivo social, contudo o investimento social dependente diretamente do investimento florestal e do progresso efetivo do projeto no terreno.” (Portucel Moçambique, 2016: 70).

Capítulo V – Conclusão

No início do século XX, Robert Baden-Powell⁵⁷ fundou o primeiro grupo de escuteiros em Inglaterra e com isso criou a base para o estabelecimento do movimento internacional do escutismo⁵⁸. Três décadas depois, ainda antes da sua morte, Baden-Powell deixou uma das suas lições fundamentais numa carta de despedida aos escuteiros: Devemos tentar deixar um local melhor do que o encontrámos, ou pelo menos igual.

Com esta mensagem podemos analisar algo que vai muito além das boas práticas de civismo, podemos assumir que é um claro alerta para a atenção de cada um. Mais concretamente indica-nos que o mundo pertence a cada um de nós e que por esse motivo é da responsabilidade de cada um cuidar dele o melhor possível. Independente do contexto, as palavras que Baden-Powell utilizou, resumem de forma inequívoca o conceito de sustentabilidade. Ainda que existam diferentes propostas sobre a definição de sustentabilidade, todas indicam para a necessidade de uma consciência relativa ao presente, perspectivando e promovendo um futuro melhor.

Dada a importância da sustentabilidade, é imperativo que as empresas direcionam as suas ações por forma a reduzir os seus impactos no ambiente, na economia e na sociedade. O presente trabalho, procurou analisar a política de desenvolvimento sustentável da Portucel Moçambique e esclarecer a necessidade de repensar as abordagens.

A Portucel, com o propósito de expandir a sua dimensão, embarcou por uma via já conhecida. As grandes empresas quando estabelecem a sua atividade em países menos desenvolvidos, tendem em passar a imagem de que vieram para melhorar as condições de vida, as infraestruturas e a economia, estando ainda dispostas a assegurar sustentabilidade nas suas ações. Contudo, ainda que o projeto da Portucel Moçambique revele uma preocupação mais adequada com as necessidades e exigências do momento, é inevitável considerar que uma vez mais existe margem para um aproveitamento do potencial físico de um país por parte de uma grande empresa.

No caso do presente trabalho e considerando anteriores experiências, o Estado moçambicano foi motivado a preparar uma regulamentação para proteger a exploração e aproveitamento dos seus recursos. Atualmente, o país exigiu à Portucel Moçambique uma série de procedimentos que assegurem o retorno para Moçambique e para os Moçambicanos. No entanto, e considerando determinados aspectos, é notório que a Portucel, ainda que promissor na vontade de estabelecer um desenvolvimento sustentável para o projeto florestal integrado, menosprezou alguns componentes fundamentais, nomeadamente o ambiente e o social. Aspectos como a empregabilidade, a gestão de

⁵⁷ Robert Stephenson Smyth Baden-Powell nasceu em 1857 em Londres. Baden-Powell era um soldado inglês que fundou o escotismo breve antes da sua pensão do serviço militar (Calleja-Gera, 2003: 2). Em 1920, no fim do primeiro encontro internacional de escoteiros foi declarado o “Chief Scout of the World” (Calleja-Gera, 2003: 6).

⁵⁸ A ideia, a concepção e a definição do conceito foi primeiro registado no livro “Scouting for Boys” por Baden-Powell em 1908. Este livro desde então foi traduzido em mais de 35 línguas (Calleja-Gera, 2003: 5).

recursos, a proteção da biodiversidade e a melhoria das infra-estruturas e condições de vida das comunidades locais em geral, ainda não estão asseguradas. Ainda que o Estado tenha feito exigências, não assegurou a obrigação da empresa em desempenhar um papel mais consciente em relação à sustentabilidade. Da mesma forma, que a Portucel em determinadas ações não mostrou a iniciativa de forma voluntária.

Neste momento, com a identificação dos problemas a aspiração está no cuidado da empresa com o melhoramento do desenvolvimento sustentável na intervenção. Entre os vários aspectos a melhorar é importante destacar a necessidade de esclarecer a gestão da água utilizada, o rigor na manutenção dos solos, como a empresa pretende melhorar a comunicação com a população e qual o retorno financeiro necessário aos olhos da empresa para manter o projeto social nas regiões. Com estes espaços nas pretensões e informações da empresa, permanecerá margem para questionar o impacto das ações e se o desenvolvimento da intervenção é sustentável.

Considerando que a Portucel Moçambique ainda não iniciou a fase industrial, o lucro só está previsto a partir de 2023, como tal não é possível revelar o retorno da empresa para Moçambique, especialmente sobre a forma de impostos. Dada a afirmação, é impossível avaliar o montante da empresa que estará disponível para reinvestir no país e no programa de desenvolvimento social. De qualquer forma será necessário seguir o caso ao longo dos próximos anos para poder avaliar os impactos do projeto. As abordagens da Portucel Moçambique que não devam ser replicadas ou continuadas assim como eventuais *boas práticas* devem estar devidamente identificadas, para que outras empresas possam aprender com este caso.

Bibliografia

- ACIS (Associação de Comércio e Indústria). 2012. O quadro Legal para o Reconhecimento e a Obtenção de Direitos de Terra em Áreas Rurais em Moçambique: Uma Guia para a Legislação da Ocupação. Edição III Agosto 2012. Maputo: República de Moçambique, Ministério da Agricultura, Direcção Nacional de Terras e Florestas.
- Ahenkan, Albert e Alex Osei-Kojo. 2014. "Achieving Sustainable Development in Africa: Progress, Challenges and Prospects." em: International Journal of Sustainable Development Vol.3, Nr.1, January 2014. ISDS (International Society for Development and Sustainability), pp.162-76.
- Amanor, Kojo S. 2008. "Introduction: Land and Sustainable Development Issues in Africa" em: Amanor, Kojo S. e Sam Moyo (Eds.). Land and Sustainable Development in Africa. London & New York: Zed Books.
- Amanor, Kojo S. 2008¹. "Conclusion: Transforming Sustainable Development" em: Amanor, Kojo S. e Sam Moyo (Eds.). Land and Sustainable Development in Africa. London & New York: Zed Books.
- Brito, de Luís. 2014. "Uma Reflexão sobre o Desafio da Paz em Moçambique", em: Brito, de Luís (et al.). Desafios para Moçambique 2014. Maputo: IESE (Instituto de Estudos Sociais e Económicos), pp.23-40.
- Calleja-Gera, Paul. 2003. Robert Baden-Powell. Founder of Scouting: A Short History. Shurdington: 15th Cheltenham Scouts. Disponível em: <http://www.shurdington.org/Downloads/Baden-Powell.pdf> [Acedido em 13/08/2017].
- Cantor, Max. 2011. Development for the Past, Present, and Future: Defining and Measuring Sustainable Development. Senior Honors Projects. Paper 305. Disponível em: <http://digitalcommons.uri.edu/srhonorsprog/305> [Acedido em 13/06/2015].
- Carlowitz, von Hans C. 1713. Sylvicultura Oeconomica: Die Naturmäßige Anweisung zur Wilden Baum-Zucht. Leipzig: Johann Friedrich Braun.
- Castel-Branco, Carlos. 2008. Desafios do Desenvolvimento Rural em Moçambique: Contributo Crítico com Debate de Postulados Básicos. Discussion Paper N 03/2008. Maputo: IESE (Instituto de Estudos Sociais e Económicos).
- Cohen, Wesley M. e Henry Saueremann. 2007. "Schumpeter's Prophecy and Individual Incentives as a Driver of Innovation" em: Malerba, Franco e Stefano Brusoni (Eds.). Perspectives on Innovation. Cambridge: Cambridge University Press, pp. 73-104.
- Galatsidas, Achilleas e Finbarr Sheehy. 2015. "What have the millennium development goals achieved?" Disponível em: <https://www.theguardian.com/global-development/datablog/2015/jul/06/what-millennium-development-goals-achieved-mdgs> [Acedido em 02/07/2016].
- HDI (Human Development Index). 2018. "Countries Profil: Mozambique" Disponível em: <http://hdr.undp.org/en/countries/profiles/MOZ> [Acedido em 23/07/2018].
- ILO (International Labour Organization). 2012. Working towards Sustainable Development: Opportunities for Decent Work and Social Inclusion in Green Economy. Geneva: ILO.

- Impacto. 2014. Projecto Florestal de Manica: Relatório de Estudo de Impacto Ambiental. Maputo: IMPACTO, Projectos e Estudos Ambientais. Disponível em: <http://www.portucelmocambique.com/Publicacoes-e-Documentos> [Acedido em 02/07/2016].
- Impacto. 2014¹. Projecto Florestal da Zambézia: Relatório de Estudo de Impacto Ambiental. Maputo: IMPACTO, Projectos e Estudos Ambientais. Disponível em: <http://www.portucelmocambique.com/Publicacoes-e-Documentos> [Acedido em 02/07/2016].
- INE (Instituto Nacional de Estatística). 2017. “Estatística: Demográficas e Indicadores Sociais”. Disponível em: <http://www.ine.gov.mz/> [Acedido em 02/03/2017].
- Júnior, Bóia Efraime. 2014. “Caminhos Moçambicanos para a Construção de Democracia em Moçambique: Notas de uma Leitura Psicanalítica”, em: Brito, de Luís (Et al.). Desafios para Moçambique 2014. Maputo: IESE, pp.249-280.
- Justiça Ambiental. 2016. Portucel: O Processo de acesso à Terra e os direitos das comunidades locais. Maputo: Justiça Ambiental. Disponível em: https://wrm.org.uy/wp-content/uploads/2017/04/Portucel_O_Processo_de_acesso_%C3%A0_Terra_e_os_direitos_das_comunidades_locais.pdf [Acedido em 18/01/2018].
- Kates, Robert (et al). 2005. “What is Sustainable Development? Goals, Indicators, Values, and Practice”, em: Environment: Science and Policy for Sustainable Development, Volume 47, Number 3. New York: Routledge, pp 8–21.
- Langa, Patrício Vitorino. 2014. “Alguns Desafios do Ensino Superior em Moçambique: Do Conhecimento Experiencial à Necessidade de Produção de Conhecimento Científico”, em: Brito, de Luís (et al.). Desafios para Moçambique 2014. Maputo: IESE, pp.265-398.
- Malthus, Thomas Robert. 1798. An Essay on the Principles of Population. London: J.Johnson.
- Manoochehri, Gus. 2010. “Measuring Innovation: Challenges and Best Practices”, em: California Journal of Operations Management Volume 8, Number 1. Fullerton C.A.: CSU, pp 67-73.
- Massingue, Nelsa e Carlos Muianga. 2013. “Tendências e Padrões de Investimento Privado em Moçambique: Questões para Análise”, em: Luís de Brito (et. Al). Desafios para Moçambique 2013. Maputo: IESE, pp.125-147.
- Mauerhofer, Volker. 2018. “Legal Institutions and Ecological Economics: Their Common Contribution for Achieving a Sustainable Development.”, em: Ecological Economics, Volume 156. Vancouver: Elsevier, pp.350-359.
- Meadows, Donella H. (et al.). 1972. The Limits to Growth: A Report for The Club of Rome’s Project on the Predicament of Mankind. New York: Universe Books.
- Nações Unidas. 1987. *Our Common Future*. Disponível em: <http://www.un-documents.net/our-common-future.pdf> [Acedido em 13/06/2015].
- Noronha, João e Lídia Brito. 2010. “Desafios da Gestão Municipal. De uma Lógica Administrativa e Institucional para uma Lógica de Desenvolvimento Organizacional e Sustentabilidade.”, em: Luís de Brito (et al.). Desafios para Moçambique 2010. Maputo: IESE, pp.107-125.
- OECD (Organisation for Economic Co-operation and Development). 2010. The OECD Innovation Strategy: Getting a Head Start on Tomorrow. Paris: OECD.

- Portucel Moçambique. 2016. “Publicações e Documentos: Relatório Ambiental e Social 2015.” Disponível em:
http://www.portucelmocambique.com/var/ezdemo_site/storage/original/application/7a17229f974f730e5c2e3c0495036817.pdf [Acedido em 02/07/2016].
- Portucel Moçambique. 2016¹. “Portucel Moçambique” Disponível em:
<http://www.portucelmocambique.com/Portucel-Mocambique> [Acedido em 02/07/2016]
- Portucel Moçambique. 2018. “Projecto: Criação da Floresta” Disponível em:
<http://www.portucelmocambique.com/Projecto/Criacao-da-Floresta> [Acedido em 23/07/2018].
- Portucel Moçambique. 2018¹. “Projecto: Gestão Sustentável da Floresta” Disponível em:
<http://www.portucelmocambique.com/Projecto/Gestao-Sustentavel-da-Floresta> [Acedido em 23/07/2018].
- Salavisa, Isabel. 2007. “Os países intermédios na encruzilhada: globalização, sociedade do conhecimento e suas consequências”, em: Salavisa, Isabel, Walter Rodrigues e Sandro Mendonça. Inovação e Globalização: Estratégias para o Desenvolvimento Económico e Territorial. Porto: Campo de Letras, pp. 61-82.
- Schiefer, Ulrich (e.al.). 2006. Manual de Planeamento e Avaliação de Projectos. Príncipe: Estoril.
- Navigator (The Navigator Company). 2018. “Sustentabilidade. Publicações: Relatório de Sustentabilidade 2016-2017.” Disponível em:
http://www.thenavigatorcompany.com/content/download/6615/115341/version/2/file/NVG_RS+2016-17_Web_FINAL.pdf [Acedido em 02/07/2016].
- Navigator (The Navigator Company). 2018¹. “Institucional: História”. Disponível em:
<http://www.thenavigatorcompany.com/Institucional/Historia> [Acedido em 02/07/2016].
- Tran, Mark. 2013. “Mozambique smelting profits should not fill foreign coffers, say campaigners.” Disponível em: <https://www.theguardian.com/global-development/2013/jan/08/mozambique-smelting-profits-foreign-coffers> [Acedido em 13/06/2015].
- Turner, Graham e Cathy Alexander. 2014. “Limits to Growth was right. New research shows we're nearing collapse.” Disponível em:
<https://www.theguardian.com/commentisfree/2014/sep/02/limits-to-growth-was-right-new-research-shows-were-nearing-collapse> [Acedido em 02/07/2016].
- UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura). 2018. “Browse by Country: Africa (Sub-Saharan)” Disponível em:
http://uis.unesco.org/?ID=2867_201&ID2=DO_TOPIC [Acedido em 18/01/2018].

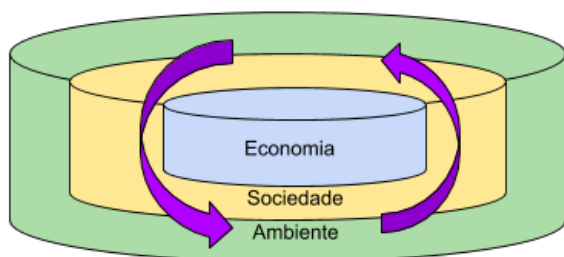
Anexos

Anexo A - Sustentabilidade interligada.



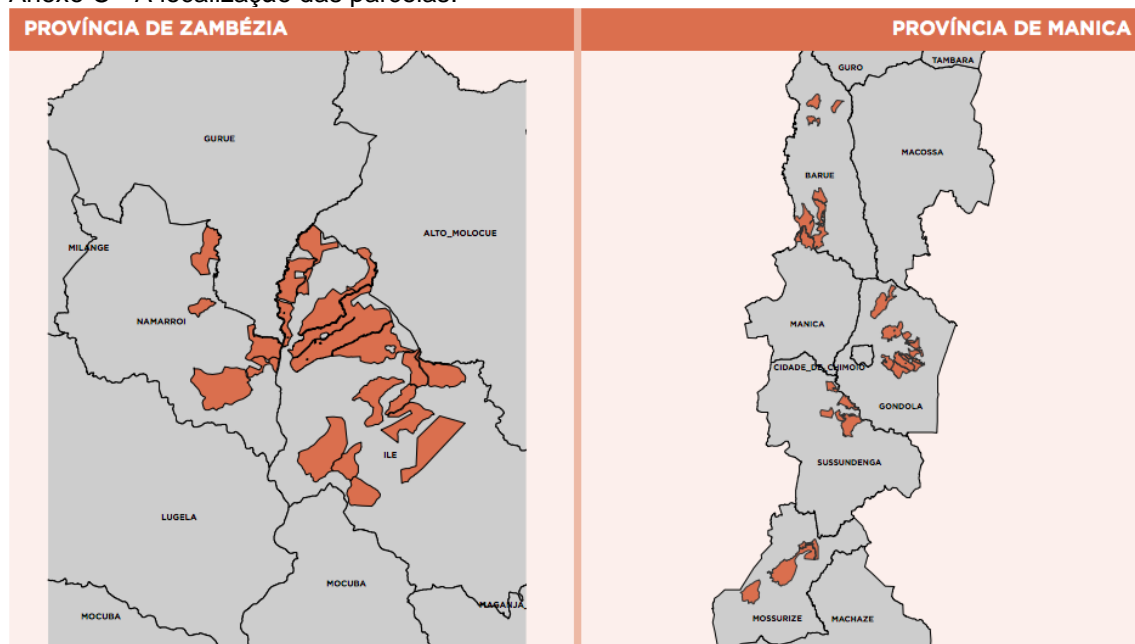
Fonte: elaboração própria.

Anexo B - Sustentabilidade concêntrica.



Fonte: elaboração própria.

Anexo C - A localização das parcelas.



Fonte: Portucel Moçambique, 2016: 73.

Anexo D - As 5 fases da florestação.

Fase	Intenção
Primeira Fase	Estudo preliminar das áreas e parcelas
Segunda Fase	Obtenção do DUAT
Terça Fase	Preparação do terreno nas parcelas adquiridas
Quarta Fase	Plantação florestal
Quinta Fase	Manutenção e conservação das plantações florestais

Fonte: elaboração própria.